

Eloy Fernandez Clemente\*

## A história económica de Portugal (séculos XIX e XX)<sup>1</sup>

### I. INTRODUÇÃO

A historiografia económica portuguesa conheceu uma grande mudança nos últimos quinze anos, apesar das dificuldades, não já políticas, mas sim materiais: por exemplo, a situação dos arquivos<sup>2</sup>. Como escreveu Albert Silbert em 1979, a história económica portuguesa «padece de um atraso de que os historiadores não têm toda a culpa». Além de que, e daí o possível interesse deste trabalho, as coisas mudaram muito desde Abril de 1974<sup>3</sup>, ainda

\* Universidade de Saragoça.

<sup>1</sup> Este trabalho foi possível graças a uma ajuda do Consejo Asesor de Investigación de la Diputación General de Aragón e da Caja de la Inmaculada (CAI-CONAI), graças à qual permaneci em Lisboa no mês de Julho de 1987. Devo agradecer o cordial e eficaz acolhimento dos colegas portugueses, em especial dos Profs. Miriam Halpern Pereira, Jaime Reis, Magda Pinheiro e Pedro Lains. A estes dois últimos também as suas correções e sugestões, assim como a Santiago Zapata (Universidade da Estremadura) e aos meus colegas de Zaragoza, Luis Germán, Domingo Gallego e Vicente Pinilla. Os erros são, desde já, da minha responsabilidade, tal como as traduções de citações, a grafia, etc. Devo advertir que sigo a norma portuguesa de considerar o último dos apelidos como o principal.

N. R. — Este estudo foi também publicado na *Revista de História Económica* (Madrid).

<sup>2</sup> J. Serrão, M. J. Leal e M. H. Pereira, *Roteiro [...]* No t. 3 queixam-se M. J. Silva e Miriam Halpern Pereira da «inexistência no Arquivo Nacional de documentação da administração central sobre os séculos XIX e XX, equivalente à ali depositada relativa aos períodos anteriores. Linhas de investigação fundamentais da historiografia contemporânea permanecem bloqueadas pela inacessibilidade ao Arquivo das Secretarias de Estado, depósito de 150 anos de documentação administrativa instalado em barracões da Marinha, na Amora, mas inacessível por razões técnicas. Além disso, nos ministérios em que se instalam arquivos históricos, uma obsoleta legislação limita a investigação pela manutenção de um período de confidencialidade demasiado longo» (pp. 15-16). Em semelhante sentido foram as queixas de Fernando Rosas, na abertura, em 1986, do congresso sobre «O Estado Novo». Nos últimos anos apareceram, à parte o magnífico reportório que são já os três tomos do *Roteiro* citado, vários trabalhos de muito menor valor sobre arquivos e bibliotecas em diversas revistas de história.

De muito recente aparição: *Arquivo e Historiografia, Actas do Colóquio sobre Fontes da História Contemporânea Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1988.

<sup>3</sup> 80% dos trabalhos citados são posteriores a 1974. Fazamos sobretudo referência ao trabalho universitário, muito destacadamente nas Faculdades de Economia e de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, de cujos professores faremos repetida citação, assim como no Instituto de Ciências Sociais, no ISCTE e noutros organismos da Universidade. Ainda que a maior parte dos historiadores da economia vivam e trabalhem em Lisboa, há destacados grupos no Porto, em Coimbra, em Évora (onde Hélder Adegar Fonseca trabalha em história das empresas agrárias), etc. A activa Associação Portuguesa de História Económica e Social realizou, em Abril de 1987, o seu 10.º encontro, em Coimbra, com um notável nível. O mesmo podemos dizer das importantes revistas *Análise Social*, *Revista de História Económica e Social*, *Ler História* e umas quantas mais, que iremos citando.

que quase sempre em relação com o que se fez nas últimas décadas do salazarismo, ora no exílio, ora no País, apesar das dificuldades originadas pela ditadura. Naquela época foi manifesta a influência, a partir de Paris, de Fernand Braudel, Pierre Vilar, Albert Silbert, Jean Bouvier, etc., em torno de quem se formaram muitos dos principais especialistas em história económica de Portugal, artífices de uma renovação exemplar.

Entre as principais fontes e reportórios gerais citemos o *Guia de Bibliografia Histórica* (1959), editado pela Academia Portuguesa da História; a *Bibliografia Económica*, de Guerreiro (1970); o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão (1985) e cujo primeiro volume remonta a 1963; ou ainda Kettenring [...], que assinala o renascer de estudos sobre Portugal e o Brasil nas universidades norte-americanas. Também a veterana *Bibliografia Geográfica* (reeditado o tomo de Feio, de há quarenta anos, segue-se-lhe um segundo, de Amaral e Daveau, 1982) e, em geral, os estudos dos pais da moderna historiografia portuguesa, como António Sérgio, J. Cortesão, L. de Azevedo, Virgínia Rau, etc., e a escola geográfica a que preside Orlando Ribeiro. Entre os estudos económicos de âmbito territorial, o de J. Mayer (1981), e das diversas histórias gerais, a já clássica de Damião Peres e a mais recente de A. H. de Oliveira Marques (1977). Citemos apenas, já que não podemos estudá-lo aqui e agora, o importante tema do movimento operário, de que, de resto, possuímos escassa informação<sup>4</sup>.

### 1.1 UMA VISÃO DE CONJUNTO

É o desenvolvimento regional uma grande obsessão portuguesa, se bem que até muito recentemente não se tenha logrado um tratamento da descentralização regional. A tese de doutoramento de David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913* (1988)<sup>5</sup>, estuda a estrutura económica e as disparidades regionais em Portugal em meados do século XIX e, com elas relacionados, o crescimento económico, a formação de um mercado nacional, etc. Justino revê as teses de P. Bairoch, segundo as quais Portugal teve um crescimento lento em relação à maior parte dos países europeus no mesmo período, em especial os chamados países do Centro, que apresentam taxas de crescimento superiores a 1% ao ano durante a segunda metade do século XIX.

Segundo a periodização formulada por este autor, Portugal teve um crescimento generalizado nos quinze anos que se seguem à implantação do regime liberal (1834-48). À grande quebra de 1853-57 (em que o PNB/habitante chega a sofrer uma redução de 22% ao ano, devido a uma crise agrícola)

---

<sup>4</sup> A história do movimento operário foi, por razões bem óbvias, um dos temas menos desenvolvidos durante a etapa salazarista. Aos estudos já clássicos de Alexandre Vieira (reeditados em 1974), M. J. de Sousa, etc., vieram juntar-se os de Carlos da Fonseca, César Nogueira (1964-66), César Oliveira (1974), M. P. de Lima (1980), M. Silva (1980), M. H. Pereira (1982, 1983) e sobretudo os de M. Filomena Mónica (1982 a, b, 1985, 1986), que mostram um notável progresso metodológico e conceptual, manifesto no número extra monográfico da *Análise Social* (1981) dedicado ao tema, em que destacáramos o estudo de J. M. Tengarrinha sobre a história das greves. É também muito interessante o estudo para 1917-25 de Fernando Medeiros (1978).

<sup>5</sup> A tese de Justino, que acaba de ser editada (Ed. Vega, Lisboa, 1988, 2 vols.), contém muita informação estatística inédita, tanto sobre a indústria, como sobre a agricultura e os preços, constituindo hoje a principal fonte impressa sobre o século XIX.

segue-se, na década de 60, um crescimento extremamente lento, uma tendência recessiva na produção agrícola e pecuária; e torna-se mais rápido nos primeiros anos de 70, até à crise de 1876. Em meados dos anos 80, uma nova expansão (vinho, afluxo de capitais do exterior, a melhor taxa de crescimento industrial até à primeira guerra mundial) até aos anos de 1891-92, em que aparece uma nova crise. Não é, pois, um crescimento contínuo. Há, além do mais, uma notável desarticulação sectorial e uma débil articulação regional (talvez devidas à estrutura do mercado interno, que reflecte um determinado nível de divisão social do trabalho); a agricultura seria, segundo Justino, mais bloqueadora do que dinamizadora.

E as outras transformações estruturais? É preciso atender ao enquadramento jurídico, aos transportes, à circulação de mercadorias, às relações entre autoconsumo e mercado, ao papel do Estado como investidor e redistribuidor rendimentos, à política alfandegária e bancária e ao que Justino chama crise do Centro à emergência das periferias: um longo processo de desestruturação. O mercado interno vai alcançar uma nova dimensão, predominando o Sul, produtor de trigo, potenciado o seu papel integrador em relação ao Norte, mais dinâmico na primeira metade do século XIX. O processo reorganizador parte de Lisboa, mas esse crescimento, lento, sectorial e regionalmente desarticulado, resulta de ser a população apenas 1,19% da europeia, por volta de 1900, com uma lenta expansão do seu mercado, com um baixo índice urbano (em 1900, apenas 16,7% da população vive em cidades de mais 5000 habitantes, menos de metade da média europeia de então), o débil desenvolvimento das classes médias, o atraso educativo... Um mercado nacional, conclui David Justino, supõe a acção do Estado e uma vontade política unificadora, geralmente associada à ideia de nação. Também propõe uma elevada mobilidade geográfica dos bens e factores de produção e depende do grau de «divisão regional do trabalho», projecção espacial da divisão social do trabalho, e de um centro economicamente dominante, que é, sem dúvida alguma, Lisboa.

Outra série de trabalhos de um destacado grupo de investigadores que adiante citaremos contribuiu para dar a perspectiva de conjunto, apresentando séries macroeconómicas, desde as longínquas tentativas de Guerreiro (1948) até às de Nuno Valério (primeira estimativa do produto nacional, 1983), Jaime Reis (produção industrial, 1985), Pedro Lains (comércio externo e produção agrária, 1986, 1987 e 1988) e David Justino (a evolução do PNB, 1987); e ainda a obra de conjunto de Miriam Halpern Pereira (1984), felizmente em parte traduzida e editada (ainda que não a sua obra mais sistemática e teórica)<sup>6</sup>.

Quanto a uma visão da economia portuguesa no quadro dos países da Europa do Sul, são particularmente interessantes as comunicações apresentadas em Sevilha, num curso da Universidad Internacional Menéndez y Pelayo (1984), e o trabalho de Gabriel Tortella (1984).

Os *problemas de periodização* escondem sempre grandes questões teóricas. Daí o interesse pelas escassas cronologias existentes (L. de Azevedo, Violante e Morais). O mesmo podemos dizer dos estudos sobre historiografia de V. M. Godinho, J. V. Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Quanto ao

<sup>6</sup> Recordemos a breve polémica mantida entre M. H. Pereira e Gabriel Tortella, nesta revista (1983, vol. III, n.º 3, pp. 521-523 e 549-552), a propósito da recensão que este fez do livro.

pensamento económico, em que foi pioneiro o Prof. M. Amzalak<sup>7</sup>, os trabalhos são muito escassos: citem-se entre os veteranos António Sérgio e F. P. Loureiro e entre os recentes Armando Castro (1980 c) e Carlos Bastien (1984), sobre a *Revista de Economia* e a introdução do keynesianismo em Portugal<sup>8</sup>. Uma série recente de trabalhos sobre a *crise do Antigo Regime* tem vindo a ocupar-se tanto das suas estruturas (para o século XVII, a excelente obra de A. M. Hespanha, 1986, e também C. A. Hanson, 1981), como da economia do século XVIII (J. Borges de Macedo, 1951, 1963); fontes básicas em Ch. Wilson e G. Parker (1985); uma boa perspectiva para a historiografia recente, Aurélio de Oliveira (1987); a estrutura social (V. Magalhães Godinho, 1980) ou a transição para o capitalismo (J. Serrão e G. Martins, 1987). Este último assunto despertou, particularmente a partir da revolução de 1974, uma notável quantidade de trabalhos, de muito desigual qualidade e interesse. Citemos os de V. M. Godinho (1970); J. Avelãs Nunes e outros (1971); M. H. Pereira, 1971, 1979 a, 1976 b; R. da Costa (1975); Manuel Villaverde Cabral (1977), com o qual polemizaram, entre outros, Albert Silbert e Armando Castro (1979); Serrão e Martins (1978); Alfredo Marques (1981); Vitor de Sá (1981); Valentim Alexandre (1986); Jobson Arruda (1986); Armando Castro (1987), e, muito destacadamente, Albert Silbert (1977, 1978, 1981).

## 1. 2 OS ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

A demografia histórica, que em Portugal se começa a separar da história económica, buscando caminhos próprios, como se vai hoje verificando em quase toda a Europa, conta com notáveis trabalhos de J. M. Nazareth (1979, 1983, 1985) e com um de M. Livi Bacci (1971) sobre a fecundidade entre 1860 e 1960: «Um dos aspectos mais interessantes da demografia portuguesa é o relativamente baixo nível de fecundidade anterior ao começo do declive moderno, junto com a existência, durante o mesmo período, de substanciais diferenças entre Norte e Sul.»<sup>9</sup> O que o conduz a certas reflexões sobre as diversas atitudes populares respeitantes às tradições, à autoridade, à vida familiar, às inovações e ao avanço da correlação possível com o comportamento demográfico.

Uma série de *trabalhos demográfico-históricos* (J. de S. Bettencourt, 1961; F. M. da Silva, 1970; J. Evangelista, 1971; Joel Serrão, 1973, 1974; Morgado, 1979; Arroiteia, 1983, 1984, 1985; Barata, 1985, e várias monografias no número extra de *Análise Social* sobre o século XX) acrescentam documentação, comentários e reflexões<sup>10</sup>. M. H. Pereira (1969, 1981) estuda o crescimento demográfico como factor do desenvolvimento económico e, por sua vez, como sua resultante. Ainda que critique as fontes (até 1864,

---

<sup>7</sup> M. Amzalak, *Do Estudo e da Evolução das Doutrinas Económicas em Portugal*, Lisboa, 1928.

<sup>8</sup> Por outro lado, acaba de aparecer um livro colectivo (AA. VV., 1988) que revê amplamente a história do pensamento económico. Não pude conhecer a tese, ainda inédita, de José Luis Cardoso, «O pensamento económico no final do século XVIII e início do século XIX», de que me fala M. H. Pereira.

<sup>9</sup> M. Livi Bacci, *A Century [...]*, p. 125.

<sup>10</sup> Uma tese inédita, a de N. Araújo, estuda a história demográfica de uma localidade, Guimarães.

data do primeiro censo moderno, não existem dados fiáveis), aceita globalmente os do período de 1835-1911, em que Portugal quase duplica a sua população, passando de 3 061 684 a 5 547 708 habitantes, com uma certa melhoria das condições de vida e uma maior longevidade (F. Sousa, 1979). Como é sabido, nos outros três quartos de século seguintes, essa cifra volta quase a duplicar-se, ultrapassando os 10 milhões.

O modelo «antigo regime» mantém-se até ao último terço do século XIX, e até começos do século XX distinguem-se claramente três regiões demográficas: a zona interior montanhosa, de alta mortalidade e grandes oscilações; a zona de transição, com taxas mais atenuadas, e a litoral, com taxas mais baixas. As cidades de Lisboa e Porto (esta com muito maior mortalidade do que a capital e que, devido à sua insalubridade, será denominada por Ricardo Jorge «a cidade cemiterial» portuguesa), nesse período, cresceram muito mais do que as vilas e aldeias (77% contra 30% ou mesmo 22% nas paróquias rurais). De facto, os principais núcleos industriais — Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal — duplicam a sua população entre 1864 e 1911; e também a Covilhã quase a duplica. Ainda que, nesta última data, a população activa dedicada à agricultura seja ainda de 56%-54%, a proporção baixa com certa rapidez, repartindo os sectores industrial e de serviços o resto quase por igual<sup>11</sup>.

Quanto à *emigração*, atribui-se-lhe a travagem do nível económico e a estagnação da segunda década do século XX, ao mesmo tempo que um claro envelhecimento geral (V. M. Godinho, 1978; J. M. Nazareth, 1979; A. Leeds, 1983; E. Leeds, 1983; J. Serrão, 1985 b; Leite, 1987). O destino maioritário é o Brasil, para onde, graças às grandes facilidades governativas, entre 1870 e a década de 1920, vão 87% do total migratório. A emigração declarada de Portugal entre 1886 e 1911 atinge a cifra de 38 000 pessoas, a maioria proveniente das zonas rurais do Norte e do Sul<sup>12</sup>.

A emigração, explica M. H. Pereira, além de dar saída a uma mão-de-obra subempregada, que a revolução industrial expulsava do campo e o lento crescimento industrial não permitia absorver, será uma componente fundamental da balança de pagamentos, razão pela qual a política de emigração foi sempre ambígua e até contraditória, procurando, ainda que sem abertamente o manifestar, manter a corrente de divisas provenientes do Brasil, deslocar pouco a pouco contingentes para África e conciliar tudo isto com a manutenção de uma abundante oferta de mão-de-obra para o campo e para a indústria.

Em estreita vinculação com este tema do «capital humano» está o da educação, hoje estudado já sob essa perspectiva (Carvalho, 1986).

## II. AGRICULTURA; INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERNO

### II.1 A AGRICULTURA

Sendo embora Portugal um país eminentemente agrário, eram raros, até há muito pouco tempo, os estudos de conjunto e em profundidade. Como

<sup>11</sup> Sobre a crescente urbanização, além do antigo trabalho de Girão (1945), ver os trabalhos de J. Gentil da Silva (1979) e Vítor Matias Ferreira (1986).

<sup>12</sup> R. E. Poppino, *Brazil*, Nova Iorque, 1968, p. 193.

noutros casos, uma precoce antologia de textos de M. V. Cabral (1974) seria seguida por estudos de conjunto (Colóquio de Aix-en-Provence, AA.VV., 1985) e por diversas monografias<sup>13</sup>. É o caso de estudos sobre a evolução da *propriedade da terra* (A. Silbert, 1970; L. E. da Silveira, 1980; H. A. Fonseca, 1983). O primeiro foca a história da abolição do feudalismo (expressão que prefere substituir por economia senhorial, de acordo com muitos dos seus colegas franceses) assimilada às das «cartas forais». A jurisdição senhorial, ainda não de todo eliminada, foi duramente atacada na lei de 1790, correspondendo às lutas políticas dos anos 20 e 30 do século XIX a sua definitiva supressão, se bem que a medida mais decisiva tenha sido a lei de forais de 1846. Não obstante a expropriação das velhas concessões perpétuas, mantêm-se intactos os direitos senhoriais nos casos de arrendamento, de parceria, ou de exploração directa, o que resulta claramente favorável à grande propriedade. O peso do regime senhorial era maior no Norte e Centro do que no Sul, onde continuará predominando a grande propriedade (Barros, 1985), não o afectando as transformações da revolução liberal. Por outro lado, sobretudo no Centro e no Norte, as burguesias agrárias locais interpõem-se frequentemente entre os senhores e os exploradores directos, tirando maior proveito. Daí que Silbert evoque a fórmula de «revolução agrária abortada».

São, em contrapartida, muito escassos os estudos sobre as vendas de bens nacionais: de um primeiro momento (1834-43) em que se desamortizam bens da Igreja, da família real e parte dos bens da Coroa, passa-se, nos anos 60, a fazê-lo sobretudo aos paroquiais, de beneficência, do ensino, municipais, etc., num processo muito semelhante ao espanhol (Silveira, 1980).

Quanto à *estrutura social* do campo português, interessantes monografias estudam uma comunidade transmontana (J. B. O'Neill, 1984), ou a mentalidade de um agricultor alentejano (A. C. Matos e outros, 1982, com uma excelente introdução de Jaime Reis); temos ainda os estudos de H. A. Fonseca sobre empresários (1984) ou lavradores (1985), ou os de J. Cutileiro (1977) sobre ambos os grupos. A tese de doutoramento de Rui Feijó (Oxford, 1984) estuda as relações entre revolução liberal, mudança social e desenvolvimento económico na região de Viana no século XIX. As relações de produção (Carlos Silva, 1979) foram analisadas num recente encontro sobre «Agricultura latifundiária na Península Ibérica» (1980).

A estrutura da produção foi também recentemente delineada em perspectiva histórica (Baptista, 1985), sobretudo por Miriam Halpern Pereira, que estuda a *produção agrária* no século XIX na sua obra fundamental *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico* (1971), colocando em relação disponibilidades demográficas (condicionantes e condicionadas) e crescimento económico e analisando a extensão de terras cultivadas, as modificações técnicas e o crescimento do sector comercializado, assim como a evolução dos preços. Entre outras verificações, mostra como os cereais (milho em primeiro lugar, trigo, centeio) cedem perante as melhores oportunidades do gado e, em parte, das explorações florestais (especialmente a cortiça).

Quanto às principais inovações técnicas (os créditos e a mecanização), que aumentam a produtividade do trabalho agrícola, a sua implantação é

---

<sup>13</sup> A tese inédita de Maria Carlos Radich, «A agronomia portuguesa do século XIX», é um trabalho exaustivo, cuja publicação aguardamos com interesse.

não só atrasada, mas também lenta e irregular<sup>14</sup>. As alterações nos métodos de cultivo não são menos significativas (sementeira, rotação, prados, etc.), assim como a estabulação do gado, etc., acelerando as transformações das reformas liberais. No entanto, o estremado e crescente minifúndio do Norte e o latifúndio do Sul serão duas formas opostas de dificultar um processo de modernização.

É nesse sentido que, segundo as teses de M. H. Pereira, a comercialização, ao forçar a formação do sector capitalista da agricultura, contribui para o crescimento económico. Sectores como o da seda e, sobretudo, o da viticultura têm uma grande importância, e por isso o Douro sofre uma forte regressão com a perda do lugar privilegiado que o vinho do Porto ocupava no mercado britânico e com a praga da filoxera<sup>15</sup>. Nem a reconversão, através do cultivo do tabaco, nem as replantações lhe devolveram o passado esplendor e a viticultura expande-se agora no Centro e no Sul, de modo que quase metade da produção passa a pertencer aos distritos de Lisboa e Santarém, representando 54% da sua produção agrícola. Estuda também os preços dos principais produtos (cereais, lenha, carne, azeite, vinho, etc.), em conexão com a diversa evolução por zonas de uns e outros cultivos e a incidência da crise agrária, mostrando a íntima relação entre as transformações agrárias e as alterações de preços e entre estas e as flutuações comerciais.

Nesse período, a maior parte das mercadorias exportadas provém do sector agrário (o vinho representa um terço, por vezes metade, do valor total). Daí que, após a perda do Brasil e a grande crise agro-pecuária finissecular, seja «a criação de um mercado colonial em África o que permitirá a Portugal recuperar o equilíbrio e conservar uma estrutura económica arcaica, pouco resistente à concorrência».

M. H. Pereira, perante «esse» Portugal que ocupa um lugar típico de país dependente (exportador de matérias-primas e produtos agrícolas e importador de matérias-primas industriais, como o algodão, ou de maquinaria), confirmando «o papel contraditório que os mercados exteriores, simultaneamente factor de progresso e de atraso, desempenham no desenvolvimento do País», pergunta-se: «A que conduz a política de livre-câmbio? Portugal tornar-se-á durante cerca de 40 anos ‘uma vasta granja para exportação’ [...] Um único país, a Grã-Bretanha, absorve à volta de 50% a 60% do total do comércio externo: é o principal mercado consumidor e abastecedor de Portugal. Se o sector industrial é vivamente prejudicado por esta situação quase colonial, a agricultura, pelo contrário, beneficia nitidamente da existência de um vasto mercado externo, rico e relativamente estável [...] A intensificação do comércio agrícola provoca a extensão do sector comercializado da agricultura [...] A localização geográfica dos centros sericícolas, dos centros de produção e criação de gado, ou das regiões arrastadas pela febre vitícola

<sup>14</sup> Reis é autor de um modelar estudo sobre o progresso técnico no latifúndio (1982), analisando a implantação no Alentejo da debulhadora mecânica, atrasada em relação a outros países, mas introduzida em ritmo rápido nas primeiras décadas do século XX. Tanto o atraso como a adopção se devem a razões estritamente económicas: este progresso supõe uma alteração nos custos relativos de produção, o aumento da escala das explorações cerealíferas e também alterações de fundo nos campos técnico, económico e social.

Outros trabalhos exemplares são os de Veiga de Oliveira (1983, 1984), Fernando Galhano e Benjamim Pereira sobre as formas de trabalho no mundo rural.

<sup>15</sup> Ver D. W. Morrow (1983) sobre a incidência da filoxera.

dos anos 1880-1889 testemunham que novas zonas se vão integrando [...] O período da Regeneração não pode, pois, ser considerado de algum modo como de estagnação do sector agrícola [...] Todavia, a desigualdade de crescimento dos sectores agrícola e industrial acaba por dificultar o próprio desenvolvimento agrícola e por vezes refrear o conjunto da economia nacional.»<sup>16</sup>

O fim do livre-cambismo foi descrito por Jaime Reis (1980), que estuda o celeiro português do Alentejo e mostra como em 1889, no auge da crise agro-pecuária europeia, se adopta sem hesitação um regime firmemente proteccionista (a célebre Lei da Fome), que se prolongará, durante o salazarismo, por um período mais vasto do que em qualquer outro país, assumindo algumas formas inéditas, que farão que a crise venha a ter, talvez, menor incidência na agricultura portuguesa. Em todo o caso, é preciso insistir em como o mecanismo proteccionista beneficiou principalmente os grandes proprietários do Sul, e em particular do Alentejo. De todos os modos, chama a atenção para o facto de a grande tradição de hipersensibilidade popular ao preço do pão conseguir mantê-lo em níveis muito abaixo do de outros alimentos e constante entre 1879 e 1909.

Por sua vez, Pedro Lains (1987 a) estabelece o *índice do produto agrícola português entre 1845 e 1913*, a partir de várias séries de produção de cereais, produtos animais e vinhos, agregando os seus valores finais. Daí deduz uma etapa de estagnação (subdividida numa de regressão, 1852-61, e noutra de recuperação, 1861-74), que será seguida de outra de crescimento relativamente acentuado entre 1879 e 1900, para voltar à estagnação, seguramente devido ao aumento extensivo, e não intensivo, da produção, sem alterar os processos de produção nem os níveis de investimento.

Em relação à produção agrária, não podemos esquecer o complexo assunto dos preços. Duas obras clássicas: a de Albert Silbert sobre os preços dos cereais em Lisboa, de meados do século XVIII a meados do século XIX (1970), e a de V. M. Godinho (1955), para o século seguinte. M. H. Pereira (1975) estudou os níveis de consumo e os níveis de vida entre 1874 e 1922. Ferreira, Pinto e Amorim elaboraram séries para o mercado do Porto na segunda metade do século XIX (1972), David Justino para o de Aveiro (1978) e Carlos Pimenta sobre salários e preços no século XIX português (1983).

## II.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO

A recente historiografia económica portuguesa seguiu os passos, se não sempre o método, de Jordi Nadal para Espanha, na sua indagação sobre «o fracasso da industrialização». A estudos clássicos sobre as origens (J. B. de Macedo, 1963) ou sobre o século XIX, como os de Armando Castro (1978) e Joel Serrão (1977, 1979), a antologia de Serrão e Martins (1978), ou Santana (1984), acrescentaram-se outras propostas (Bonifácio, Mendes, ambos de 1980) que relacionam o desenvolvimento industrial com concorrência estrangeira. Por seu lado, Pedreira (1987) havia recusado a tradicional explicação sobre a conjuntura posterior à invasão francesa: a ver-

---

<sup>16</sup> M. H. Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, 1971, 2.ª ed., 1983, pp. 315-321.

dadeira causa do atraso nesses anos estaria em aspectos estruturais (económicos e sociais), desde a estreiteza do mercado interno até à pouco decisiva acção do Estado.

Joel Serrão (1979) delineou o estudo «das *razões históricas dos fracassos* industriais portugueses», referindo, por um lado, como fizera já Oliveira Martins um século antes, ao Império Colonial toda a vida económica nacional, fixando uma periodização das diversas tentativas de industrialização: uma primeira, em finais do século XVII, de arranque, de estímulo oficial às fábricas de tecidos de lã; uma segunda, um século depois, no período pombalino; uma terceira (1812-26), com a tentativa de criação de manufacturas para o mercado interno; uma quarta (1835-50), após a guerra civil (Regeneração, fontismo, etc.); e uma última, de 1885 a 1914, em que o capitalismo prefere voltar-se, tal como o fará na I República, para a agricultura e para África, a lançar-se no desenvolvimento industrial. Para Serrão, as condições institucionais do atraso industrial português eram devidas: 1) às precedentes realidades políticas, vinculadas ao projecto e à conservação do Império Brasileiro; 2) à rede comercial alimentada nesse sentido, deixando as relações com a Europa em mãos estrangeiras; 3) ao facto de, em conjunturas comerciais desfavoráveis, o Estado se ver forçado a definir, de forma voluntarista, uma política industrial só eficaz sectorial ou regionalmente.

Após a perda do Brasil procura-se uma saída capitalista, a que faltam capitais «inovadores»; e, acrescenta Serrão, o livre-cambismo imposto por Inglaterra favorece a ruralização. Mas nem sequer o faz de forma capitalista. De modo que a crise comercial-agrícola da década de 1870 se transformará em crise nacional. A que, finalmente, acrescenta uma série de «entraves espirituais» ao desenvolvimento industrial: a dominação aristocrática até, pelo menos, à vitória liberal de 1834; o domínio de valores culturais e atitudes mentais aristocrático-clericais; o lento progresso do *status* burguês na segunda metade do século XIX. A lógica desse sistema não necessitava de progressos na agricultura, mas de manter a riqueza...

Jaime Reis publicou, em 1986, uma cuidada síntese do *processo industrializador* português entre 1870 e 1913, enquadrando o dito processo num «processo mais vasto de transformação económica, frequentemente denominado ‘a penetração do capitalismo’, que compreendeu o alargamento do mercado, um aumento da especialização da produção, a criação de uma rede de transportes moderna, o aparecimento dos bancos e a assimilação da tecnologia moderna por alguns sectores da economia». Perante as posições coincidentes de Castro e de Cabral, que crêem que houve uma industrialização vigorosa e prolongada, e de M. H. Pereira, que a nega e, inclusivamente, fala de «desindustrialização» para 1870-91, adianta J. Reis um primeiro índice de produção industrial (1985) para o período de 1870-1913, à base das indústrias de algodão, lã, linho, tabaco, produtos alimentícios, papel, açúcar, conservas de peixe, produtos metálicos e minerais. Pois bem, ainda que os resultados sejam inferiores aos apresentados por M. V. Cabral, a taxa de crescimento industrial, entre 2,5% e 2,8% ao ano, não é nada desprezável, nem é muito menor que a dos outros países europeus, se bem que demasiado baixa para um país atrasado. Era, no entanto, uma taxa muito acima da taxa de crescimento agrícola, o que faz cair pela base a ideia de que a agricultura foi, depois de 1870, o sector dinâmico da economia. De todo o modo, o desenvolvimento industrial havia sido mais vigoroso antes de 1891.

Algumas monografias permitem a aproximação em profundidade a determinadas áreas sectoriais: assim, a de Vasco Pulido Valente (1982) sobre a indústria conserveira de Setúbal. J. M. Amado Mendes (1980) trabalhou sobre as relações entre a indústria portuguesa e as estrangeiras, destacando a tentativa de arranque, em finais do século XIX, na indústria têxtil algodoeira, devido à protecção aduaneira e ao mercado colonial; a concorrência de outros países (Alemanha, França, Estados Unidos, Espanha) à Grã-Bretanha, como importadores e como investidores, as tentativas de atenuar o desfasamento tecnológico com a criação de escolas industriais e o envio de comissões e de estudantes ao estrangeiro. É também autor (1984) de uma destacada monografia de história regional<sup>17</sup>.

### II.3 O COMÉRCIO EXTERNO

É este um dos capítulos mais apaixonadamente trabalhados nos últimos anos. Não é em vão que o comércio externo é o grande capítulo da história económica portuguesa, desde os clássicos G. Pery (de finais do século XIX, reeditado em 1979), Shillington e Chapman (1907). A obsessão pela dominação *inglesa* e pela dependência aí originada deu lugar a trabalhos como os de Sandro Sideri (1961, 1978), H. E. S. Fisher (1969), Armando Castro (1974), M. H. Pereira (1971, 1974, 1987) e Maria de Fátima Bonifácio (1987). Fisher (1969) destaca a importância do comércio português para Inglaterra: «Durante a primeira metade do século XVIII, e a seguir ao comércio colonial anglo-americano no seu conjunto, Portugal representou o melhor mercado para as manufacturas inglesas, em virtude, essencialmente, do atraso económico português e da crescente prosperidade brasileira, em que os metais preciosos tinham um papel tão importante. Provavelmente, as relações comerciais iam mudando, a favor de Portugal, desde 1715 até 1750», mesmo quando esta tendência se inverte, a partir sobretudo de 1760. É a época de Pombal, em que os direitos aduaneiros aumentam para proteger as próprias manufacturas, à medida que se criam e potenciam verdadeiras fábricas.

No mesmo sentido se manifesta Armando Castro (1974), numa ampla introdução a vários textos da época, ainda que advertindo de que se ignorava ainda a dimensão do domínio económico britânico em Portugal nos séculos XVIII e XIX, o que não o impede de afirmar, perante um quadro sobre os défices da balança de pagamentos com a Grã-Bretanha e a sua percentagem em relação ao saldo mundial (que, no período de 1701-64, atinge um valor máximo de 42,7% em 1738-39, ainda que em muitos outros anos pouco passe dos 20%), que o mercado português (naturalmente, incluindo então o Brasil), «constituiu, indiscutivelmente, um elemento fundamental da expansão do capitalismo britânico em gestação e progresso».

Também Sandro Sideri (1978) estima que a divisão internacional do trabalho entre Portugal e a Inglaterra decorre dos três tratados do século XVII (1642, 1654 e 1661) e do célebre Tratado de Methuen (1703), tratado com um efeito claramente desfavorável para a economia portuguesa, que só equilibra o défice durante todo o século com o ouro brasileiro. Estima, também, que as tentativas de finais do século XVIII para industrializar Portugal se

---

<sup>17</sup> Não entramos em detalhe sobre estudos dedicados concretamente a fábricas, etc., que podem contar-se por um par de dezenas, alguns de grande interesse.

vêm frustradas por acontecimentos exteriores, fundamentalmente a perda colonial e as invasões napoleónicas<sup>18</sup>; e que logo frustram a diversificação da economia, enquanto cresce rapidamente a dívida externa com o propósito de aproveitamento das colónias africanas, que tardam em substituir o mercado colonial americano.

A importância do Brasil na economia portuguesa foi destacada por F. Mauro (1970), C. R. Boxer (1969), J. Capela (1977), V. Alexandre (1979) e M. B. N. Silva (1986); e a da sua perda, por Joaquín del Moral Ruiz (1979), J. A. Arruda (1986) e Valentim Alexandre (1986). Este último qualifica de dramáticos os efeitos económicos da perda do Império Brasileiro. Por um lado, Portugal é substituído pela Grã-Bretanha no Brasil, como principal fornecedor e cliente, perdendo um grande mercado protegido. «Com o colapso do comércio de produtos coloniais desaparece uma das principais fontes de acumulação de capital, afectando duramente a burguesia mercantil da praça de Lisboa, tanto portuguesa como estrangeira», assim como a do Porto. As remessas de produtos industriais para o Brasil reduzem-se a um terço, emergindo o vinho como o género principal de exportação; perde-se também a condição de intermediário. Segundo Sideri (1978), como resultado da perda do Brasil, as exportações e importações portuguesas, no seu conjunto, diminuíram mais de metade entre 1816 e 1855, sem que se reduzisse o défice comercial total: a partir de 1819, o défice nunca foi menor do que 10% do total.

[Essa perda tenderá a ser compensada, tempos depois, com o novo império em África, de cujo estudo se ocuparam R. J. Hammond (1966), J. Capela (1972, 1975), A. Castro (1980 a), A. Guimarães (1983), M. H. Cunha Rato (1983) e, sobretudo, Gervase Clarence Smith (1985). A análise deste tema ultrapassaria esta comunicação, já demasiado extensa.]

Um dos aspectos fulcrais do comércio português é o da *polémica protecçãoismo-livre-cambismo*, já mencionada nas referências a M. H. Pereira<sup>19</sup>, J. Reis e Pedro Lains. Digamos, a propósito, que o debate deveria incidir não tanto no livre-câmbio anterior à crise agrária finissecular (insuficiente, segundo Reis e Lains), mas sobretudo na questão da inevitabilidade do protecçãoismo posterior. Com efeito, a discussão sobre o modelo proteccionista a partir dos anos 80 carece de sentido: Portugal vê-se obrigado a fechar-se como defesa. No entanto, há que destacar a eficácia do protecçãoismo, ao preparar um «tecido industrial» capaz de incorporar sucessivas mudanças posteriores<sup>20</sup>. Pedro Lains (1987 b), por seu lado, contradiz frontalmente as teses do livre-cambismo: entre 1842 e 1913, segundo Lains, a prática habitual foi fortemente proteccionista, beneficiando economias

<sup>18</sup> Ver J. Borges de Macedo (1962).

<sup>19</sup> Acrescentamos o seu artigo, em publicação (1988), em que, referindo-se ao tratado de 1810 com a Inglaterra, insiste: «Toda a futura estrutura económica iria ficar marcada pelo bloqueio resultante da manutenção deste desastroso acordo, que acabou por durar vinte e seis anos em lugar dos previstos quinze» (p. 233).

<sup>20</sup> Um recente trabalho de M. de Fátima Bonifácio (1987) explica como «as diversas lógicas (políticas e económicas) da política alfandegária adoptada na primeira metade do século XIX explicam a convergência dos pontos de vista entre o Estado e os interesses privados, com respeito à imposição de direitos alfandegários elevados». Adverte, no entanto, de que a única oposição seria não ter carácter de classe, mas sim regional: provém dos grandes exportadores de vinho do Porto, confrontados, a partir de 1840, com uma grave crise por excessiva acumulação de *stocks*.

escassamente competitivas e a entrada de direitos alfandegários para a Fazenda<sup>21</sup>.

Quanto à *segunda metade do século XIX*, estudada por Miriam Halpern Pereira (1971), o comércio externo português sofre alterações decisivas na sua composição e direcção: aumenta a exportação de cortiça e de conservas de peixe, continua a ter papel importante o vinho, mas também a entrada de máquinas (sempre poucas) ou algodão. Uma situação típica de «troca desigual», agravada quando, em finais dos anos 80, a Inglaterra e a França deixam de adquirir o vinho e outros produtos agrícolas, desaparecendo praticamente o mercado tradicional, que deverá ser substituído pelo mercado colonial<sup>22</sup>. São também de interesse estudos monográficos, como o de J. B. Bebiano (1960) sobre o papel comercial do porto de Lisboa, o de M. F. Alegria sobre a organização portuária em geral (1985) e o de M. de Fátima Bonifácio sobre o comércio da cidade do Porto (1986)<sup>23</sup>.

#### II.4 O DEBATE SOBRE O ATRASO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Jaime Reis, como já vimos, estuda *a produção industrial portuguesa, 1870-1914* (1985) e propõe novas análises (1984, 1986). No primeiro destes trabalhos propõe um grande debate que reveja profundamente a historiografia mais recente sobre as razões do atraso português. Um atraso, fora de dúvida: em 1913, a distância que separa Portugal dos países mais desenvolvidos, quanto ao PBN *per capita*, é provavelmente maior do que nunca até então, se bem que em meados do século XIX, salvo em relação a Inglaterra, essa distância fosse muito menor: e, apesar do espectacular desenvolvimento dos grandes países industriais ao longo deste século, a proporção de 1913 em pouco se alterou<sup>24</sup>.

Sintetiza Reis as três principais teses sobre o atraso português: Sideri e Pereira atribuem-no à dependência externa perante a Inglaterra; Pereira e outros, tanto ao atraso agrícola na estrutura da propriedade após as reformas liberais, quanto à escassez da procura e da formação de capital investidor; Serrão-Martins, Godinho e, partindo de outra perspectiva, M. V. Cabral atribuem-no às estruturas sociais e mentais da época e ao Estado, que, «dominado pela burguesia associada ao *import-export*, beneficiária da dependência externa, não fornecia um enquadramento legal e institucional propício

---

<sup>21</sup> De facto, como estudou também M. de Fátima Bonifácio (1984), o tratado de 1842 não supôs um acordo de redução de direitos alfandegários, pois remetia para futuras negociações que não se levaram a cabo.

<sup>22</sup> M. H. Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, 1979, 2.ª ed., 1983, pp. 281-283.

<sup>23</sup> Não consegui consultar o trabalho de Sacuntala de Miranda, «O declínio da supremacia inglesa, 1890-1939».

<sup>24</sup> Armando Castro, num antigo trabalho reeditado em 1978, apresentava os dados (muito incompletos) relativos ao atraso técnico segundo o *Inquérito Industrial* de 1881 e a sua evolução nos decénios seguintes: a força de vapor disponível era de 6972 cv. Em princípios do século XX, a potência era de 110 000 cv, de que apenas 5% era gerada por empresas eléctricas. Outro dado importante era o consumo de hulha, que passa de 614 688 t em 1896 para 1 200 000 em 1915. Em 1875 havia na indústria algodoeira 50 000 fusos e 400 teares mecânicos; cinco anos depois, 108 000 fusos e 1000 teares, e em 1899, 230 000 fusos; não obstante, continuava a importação. Em 1880, 165 t de algodão torcido, 41 t de algodão em fio, 144 t de tecidos crus, 1662 t de tecidos brancos e 130 t de tecidos tingidos ou estampados. O valor total do importado nesse ano em matérias-primas (10 milhões de pesos) triplica em 1913.

ao desenvolvimento económico». Estas teses não são incompatíveis e proporcionam sugestivas abordagens.<sup>25</sup> São rebatidas com argumentos por exclusão: dificilmente se pode argumentar sobre a dependência externa quando, em finais do século, as exportações representam apenas 7,5% do PNB, abaixo da média europeia, e quando as mesmas exportações crescem a uma taxa anual de apenas 1,2%. (Claro que a única virtude da exportação não é quantitativa, pois essa pequena margem tem a sua eficácia e permite obter preços remunerados no interior, etc.). A dependência, além do mais, era dificultada por um notável proteccionismo (segundo Bairoch, as tarefas portuguesas, tanto em 1875 como em 1895, eram das mais altas da Europa).

A tese da estrutura fundiária, que a Reis parece a mais robusta, tem os inconvenientes da sua escassa possibilidade de quantificação e da necessidade do recurso a argumentos contrafactuais.

Do ponto de vista dos atrasos de mentalidade, reconhece que a ignorância, o analfabetismo e a falta de qualificação da mão-de-obra eram ainda um flagelo na sociedade de 1900. Em definitivo, a deficiência de capital humano «era uma dificuldade estrutural cuja superação teria um elevado custo e só se poderia realizar ao cabo de uma ou mais gerações».

Daí que Jaime Reis responda com uma argumentação provocadora, em contracorrente de quase toda a historiografia portuguesa: «[...] em vez de se afirmar que a fraca industrialização resultou do baixo nível tarifário, seria melhor dizer que, apesar de esse nível ser elevado, isso não bastou para estimular o desenvolvimento das manufacturas em grande escala.» Além de que, acrescenta, até agora têm-se desprezado factores como a dotação em recursos naturais, a dimensão da economia, a localização geográfica e a configuração do mercado internacional. Juntando a tudo isto os esquemas analíticos clássicos e uma adequada hierarquização de causas, contribui para um melhor entendimento desta debatida questão.

Por isso propõe três contrafactuais, alterando um ou dois parâmetros em diversos pontos e estabelecendo a situação resultante. O primeiro, sobre tese dependentista: em 1900, «as oportunidades para elevar o PNB através de uma industrialização vigorosa, virada simplesmente para o mercado interno, eram limitadas — no máximo, cerca de 2% do PNB — [...] ainda que tivesse havido uma enorme protecção e incentivos estatais, um empresariado mais orientado para as manufacturas e uma maior disponibilidade de capital industrial, o desenvolvimento estava seriamente tolhido, à partida, pela deficiente dotação de recursos naturais, por um lado, e, por outro, pela debilidade da procura interna».

O segundo contrafactual refere-se a dois sectores (o da cortiça e o conserveiro) com forte vocação exportadora, perguntando-se o autor em que medida a sua maior expansão — se não tivessem escasseado capital e empresariado capazes — teria arrastado o crescimento geral da economia portuguesa de finais do século XIX. Conclui igualmente que, ainda que o processo de expansão da cortiça se tivesse ultimado em Portugal, o ganho não teria

<sup>25</sup> Pouco depois (1986), o próprio Reis resumia assim os factores principais do «atraso»: 1) a perda das colónias, a devastação das invasões napoleónicas e a guerra civil; 2) a concorrência estrangeira consentida por tarifas alfandegárias demasiado baixas; 3) a limitação do mercado nacional, baseado numa agricultura atrasada; 4) a debilidade e as divisões de uma burguesia incapaz de utilizar o poder do Estado em seu serviço; 5) a escassez de capitais, sobretudo para a indústria; 6) uma grave carência de instrução, técnica ou elementar.

passado de 0,35% do PNB e que a situação da indústria conserveira era de crise contínua, pela falta de elasticidade da procura externa. De maneira que não é, pois, a ausência de uma política de fomento ou de talento empresarial o que, na opinião de Reis, explica esse atraso. Pelo contrário, pergunta-se: «Dada a débil dependência externa da nossa economia, num período em que havia importantes ganhos a obter de uma estreita ligação ao comércio internacional, não teria sido melhor uma maior dependência externa, mesmo que privilegiando a produção primária?» Por exemplo, num sector privilegiado, o vinícola, parece que se poderia ter incrementado o PNB em cerca de 15%. Este era, certamente, o caminho mais prometedor na altura de 1900, e «a solução mais fácil para elevar o rendimento real *per capita* teria sido a de acentuar a ‘dependência externa’ e deixar que o fortalecimento da procura interna estimulasse a diversificação e a continuação do crescimento, tal como sucedeu noutros pontos da Europa». Mas o sector vinícola era um dos menos expansivos e a procura muito pouco elástica, em virtude da concorrência internacional e da superprodução generalizada, para além da baixa qualidade do vinho comum português.

Tudo isto leva Reis a concluir que, se em 1900 Portugal estava afundado no atraso económico, a situação dificilmente teria podido ser outra e que «a dependência ou a inserção na economia internacional, longe de ter sido excessiva, não atingiu o nível adequado para produzir, de forma sustentada e intensa, o desenvolvimento». Esta brilhante exposição foi um dos principais motores de discussão e trabalho na actual historiografia portuguesa.

Por outro lado, como veremos, P. Lains demonstrou como nesses anos apenas crescem as exportações, o que põe também em causa a ideia de que as exportações de matérias-primas, estimulando a procura interna, tenham gerado o crescimento da indústria. Reis crê que tal ficou a dever-se à não elasticidade da oferta, incapaz de traduzir um incremento da procura num imediato aumento da produção, calculada a preços constantes. (Parece esquecer-se que, por muito elástica que tivesse sido a oferta, se teria confrontado com uma série de contradições: as condições sociais, a exploração de um recurso aqui escasso e abundantíssimo noutros continentes, a crise agrária dos anos 80, que tornava inviável o modelo livre-cambista muito antes dos finais do século). Verificam-se, aliás, relações entre as flutuações da produção industrial e as do mercado monetário, ou dos ciclos internacionais.

A outra grande pergunta: porquê, partindo de tal atraso, o desenvolvimento não foi mais pronunciado? Não resolve muito atribuí-lo à débil burguesia nacional, nem é difícil citar factores como a limitação do mercado interno, a escassez de mão-de-obra qualificada e o elevado custo do capital. Por outro lado, o papel do Estado é muito modesto, falta uma espécie de banco industrial e escasseiam capitais especificamente importados para a indústria. Algumas indústrias crescem muito lentamente, em parte pela dependência de matérias-primas, na sua maioria importadas (o sector algodoeiro ou o mecânico importam à volta de 45%-55% do valor da produção bruta). Além do mais, a escassa intersectorialidade restringiu a oportunidade de expansão ao sector da maquinaria de produção nacional. E um paradoxo: a substituição de importações havia sido muito prematura — cerca de 1890, as importações de produtos têxteis, vestuário, alimentos, material de construção, sapatos, etc., são já percentualmente muito baixas, pelo que se torna difícil o crescimento nos anos seguintes. Quanto às novas colónias, difícil-

mente poderiam absorver a produção da metrópole, pelo que somente uma maior capacidade exportadora teria permitido o crescimento da produção industrial.

Perante a desvantagem da necessária importação de matérias-primas, dificuldades de crédito ou ineficiência das novas indústrias, Portugal contava com uma vantagem clara no baixo custo da mão-de-obra, que, aliás, representava uma alta percentagem dos custos totais. Mas a sua produtividade era muito baixa, também sobrecarregada pela escassa dotação de capital. E a tudo isto se acrescenta, conclui J. Reis, a falta de uma rede de transportes desenvolvida e plenamente utilizada, ou uma extensa gama de serviços auxiliares, como oficinas de reparações ou de produção de peças sobressalentes.

Também os trabalhos de Pedro Lains sobre comércio externo (1986 e inédito) supõem uma reviravolta nas posições tradicionais. *A tese da dependência*<sup>26</sup> é revisitada, no sentido de que «a economia portuguesa poderia ter beneficiado de um crescimento ainda maior do sector agrícola de exportação ao longo da segunda metade do século XIX e que esse crescimento poderia ter sido sustentado, pelo menos até à primeira guerra mundial, sem se ter verificado a forte retracção a partir de 1886. O argumento baseia-se na verificação de que a procura no mercado mundial de produtos alimentares (incluindo aqueles em que Portugal era especializado ou poderia ser) cresceu de forma satisfatória entre 1850 e 1913 e no pressuposto de que o crescimento do sector agrícola — sobretudo das indústrias de transformação de produtos da agricultura — seria a melhor forma de tirar partido dos recursos da economia portuguesa, tendo em conta a conjuntura da economia mundial das seis décadas até 1913»<sup>27</sup>. Esse desfazimento entre a oferta portuguesa e a procura mundial resulta de uma diferença estrutural: o aumento da procura britânica, associado ao seu aumento de renda nacional, dirige-se a produtos como o trigo, carne e gado para abate, lacticínios e ovos (Portugal exporta somente, em notável quantidade, gado bovino); e, quanto a matérias-primas industriais, madeiras, óleos minerais, caucho ou pasta para papel (igualmente nada abundantes em Portugal). Em todo o caso, o problema estava mais na estrutura da oferta (resultado inevitável da reduzida dimensão do mercado interno) do que nas mudanças da procura externa inglesa, mais desfavorável que a evolução geral mundial.

O outro argumento fornecido por Pedro Lains (1985) refere-se às dimensões do sector externo, que nega ter representado uma parte significativa do produto nacional agrícola e, portanto, do total. Se esse sector, dependente da economia mundial, tivesse evoluído positivamente na sua produtividade exportadora, a dependência teria sido ainda maior... e «esta situação teria podido servir de estímulo para o desenvolvimento e a modernização do sector exportador, com vista à satisfação de mercados cada vez mais exigentes, baseados no aproveitamento do capital e da capacidade empresarial, tanto nacionais como estrangeiros».

<sup>26</sup> Não só, ainda que fundamentalmente mantida, como vimos, por M. H. Pereira. Ver, também, por exemplo, o artigo de Urs von der Mühl (1982).

<sup>27</sup> P. Lains, «Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada», in *Análise Social*, n.º 91, p. 382.

### III. OUTROS TEMAS: TRANSPORTES, FINANÇAS PÚBLICAS, SISTEMA MONETÁRIO, BANCA

#### III. 1 OS TRANSPORTES

Os transportes, tanto no conjunto de Portugal e suas ilhas (Matos, 1980), como no plano estritamente continental, por estrada ou caminho-de-ferro (diversos estudos de A. Lopes Vieira), contam ainda com escassos trabalhos. Não podemos ler a tese de doutoramento de Lopes Vieira (Leicester, 1983), mas apenas alguns trabalhos dela derivados (1981, 1982 a, b, 1984). Algo semelhante nos ocorre com os de M. Fernanda Alegria (1983, 1987).

A nossa informação sobre o caminho-de-ferro provém, sobretudo, dos trabalhos de Magda Pinheiro, que defendeu a sua tese de doutoramento, sobre este assunto, na Universidade de Paris I, sob a direcção de Jean Bouvier (1987 a). No primeiro (1979) insiste Pinheiro na dependência externa — constituição de empresas estrangeiras, financiamento estatal através da dívida externa, tipo de crescimento económico — e no espectacular e dispendioso custo da sua construção, que provoca queda de governos, pressões internacionais, etc.

Após o fracasso da tentativa de construir a rede com capitais nacionais (Companhia das Obras Públicas) e outros problemas, é entre 1859 e 1866 que são rapidamente construídas, com capital francês, as linhas Norte e Leste, que ligam Lisboa a Vila Nova de Gaia e a Badajoz. Na etapa seguinte, até 1881, é o Estado o principal financiador, através do défice externo (em 1879, a rede estatal constitui 50% do total construído), voltando a ser francês e alemão o capital predominante — ainda que sob direcção portuguesa — e logrando-se um considerável aumento da rede, embora com o final catastrófico da maior crise empresarial e social do século.

Na sua tese, de que conhecemos um capítulo sobre os caminhos-de-ferro portugueses e a sua relação com Espanha (1987 b), recorda-nos Magda Pinheiro que, perante o carácter nacional da rede de estradas planeada em 1841, ao caminho-de-ferro atribuíu-se a missão de assegurar uma boa inserção de Portugal na Península Ibérica e na Europa, convertendo Lisboa no porto da Europa para a América. A criação de um mercado ibérico, uma espécie de Zollverein peninsular, provocará numerosos receios políticos em relação a Espanha. Diversos problemas retardam uma linha lateral, Porto-Vigo, condicionada à realização da de Lisboa-Madrid, por Badajoz, concluída em 1866, sendo menos urgente para os Portugueses o ramal de Cáceres (1880) que o de Salamanca (1886).

A importância das linhas internacionais tem, para M. Pinheiro, duas perspectivas: as relações comerciais luso-espanholas e o trânsito de mercadorias para a Europa. Sobre as primeiras, mostra-nos o facto surpreendente de elas só muito dificilmente se intensificarem ao longo das décadas seguintes; decresce, inclusive, o seu peso relativo no total do comércio externo português (que passa de 7% para 6%). O caminho-de-ferro não pode superar a exiguidade das nossas relações económicas, nem o facto de, apesar da proximidade, os produtos espanhóis terem um custo final mais alto do que o do trigo ou das farinhas, que, sobretudo da América, chegam a Portugal por mar. Quanto ao trânsito de mercadorias, que só interessa à burguesia comercial, as companhias ferroviárias e marítimas têm uma grande influên-

cia sobre as decisões a este respeito. Entre essas operações (reexportações, etc.) destacam-se os minerais procedentes de Espanha (mercúrio, especialmente) e os fosfatos; mas a Espanha, a partir de 1888, deixa de ter importância entre os países de origem (1,7% do total), ao passo que se torna o destino quase exclusivo (98%) do total das mercadorias em trânsito. Dos passageiros quase não vale a pena falar: não chegam, nos anos 80 do passado século, a 200 por dia.

Outro trabalho, nessa linha, é o de Maria Fernanda Alegria (1983).

### III. 2 AS FINANÇAS PÚBLICAS

São bastante recentes os estudos sobre a política económica. De 1981 datam os de J. del Moral Ruiz sobre as Finanças Públicas na crise do Antigo Regime e de A. Castro sobre a primeira metade do século XIX. Assinala o primeiro o modo como a derrocada da Fazenda e o aumento da Dívida Pública, desde finais do século XVIII, precipitam o fim do Antigo Regime; e como a política desamortizadora, que começa durante o cartismo e o miguelismo, é marcada na época liberal, a partir de 1834, pela problemática financeira. Para A. Castro, as Finanças Públicas tiveram, na primeira metade do século XIX, uma função de redistribuição da renda nacional em benefício das classes privilegiadas. Mencionemos também o interessante panorama traçado por Nuno Valério (1986 a) sobre *o papel do Governo* no crescimento económico entre 1851 e 1939. Segundo os seus estudos, verifica-se ser maior a percentagem de crescimento do PNB real *per capita* na época de «transição» (1891-1913) e no Estado Novo do que na época da Regeneração e na da I República, em que os efeitos da sua política terão sido talvez mais lentos do que se esperava.

Magda Pinheiro (1983) reflectiu sobre as Finanças Públicas ao longo do século XIX; L. E. da Silveira (1987), sobre o primeiro quarto do século; M. Eugénia Mata (1985), sobre a transição para o século XX e (1986) a importância da Dívida Pública, complementada pelo estudo de N. Valério (1986 b) sobre a solvabilidade estatal, por A. de S. Franco (1982), sobre o século XX no seu conjunto, e ainda por Nuno Valério (1982), sobre o período entre as primeira e segunda guerras mundiais e, também recentemente, sobre o período de 1913-83<sup>28</sup>. Recordo M. Pinheiro que as rendas coloniais constituíam uma parte significativa das receitas do Estado, cuja perda representará um duro golpe, como bem compreendeu Mouzinho da Silveira. A crítica da irracionalidade financeira do Estado absolutista gera uma grande desconfiança nos gastos públicos; não obstante, as funções do Estado moderno não só impedem restrições, como supõem despesas cada vez maiores. Não basta o recurso aos bens da Coroa e da Igreja, são necessários grandes empréstimos estrangeiros, que representam um obstáculo ao crescimento económico. Quanto à possibilidade de uma política fiscal fundada no imposto directo, o que se repercutiria sobre os grandes proprietários, está claro que, «para os homens de então, o Estado não devia alterar os equilíbrios sociais existentes, mas sim garantir a harmonia [...]».

<sup>28</sup> N. Valério, «Aspectos das finanças públicas portuguesas: 1913-1983», na obra colectiva *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, t. I. pp. 275-300.

M. Eugénia Mata situa a época que vai da Regeneração à primeira guerra mundial como o momento de início da estabilização da Monarquia constitucional, em que há duas grandes reformas financeiras que visam a conversão da Dívida Pública e a criação de um imposto territorial. É o início de uma fase A de Kondratieff. O modelo financeiro da Regeneração procurava a redução dos gastos tradicionais e o aumento das receitas, convertendo a Dívida Pública em 1852 e ensaiando várias reformas fiscais, ao mesmo tempo que se tratava também de construir infra-estruturas por investimento público, com um balanço positivo (cerca de 2000 km de caminho-de-ferro e outro tanto de estradas, cerca de 8000 km de telégrafo, faróis, etc.). Era preciso «o fomento económico através dos efeitos de propulsão e arrastamento sobre a agricultura e a indústria por parte do investimento público» e, ao mesmo tempo, «o equilíbrio das contas públicas através do efeito de multiplicação das receitas do Estado pelo crescimento da economia». Pelo menos, este segundo objectivo fracassa, em relação ao período de 1850-90, enquanto para o período de 1890 a 1913 se pode provar um crescimento do rendimento nacional da ordem dos 70%, o que dá um crescimento real de cerca de 20%, embora o crescimento real por habitante seja praticamente nulo. O modelo económico e financeiro, que, mais do que da Regeneração, é já da I República, está em mudança e tem como instrumentos a educação popular, a exploração racional das colónias, o aumento das receitas e a diminuição dos gastos do Estado.

Entre a bancarrota parcial de princípios dos anos 90 e a situação em 1914 regista-se um indiscutível êxito, segundo esta autora, no gradual avanço até equilibrar o orçamento, aumentando os gastos com a educação e definindo o domínio em África.

Por sua parte, Nuno Valério (1982, 1985) estuda, na sua tese de doutoramento, a situação das finanças entre as duas guerras mundiais. Define os anos de 1914-24 como de crise e inflação, o período de 1924-29 como de deflação, seguido de expansão em autarquia, até à crise, prosperidade e inflação da época da segunda guerra mundial. Destaca a actuação do Estado Novo, que segue modelos muito tradicionais: investir em infra-estruturas, equilibrar o orçamento, etc. De facto, após a grande depressão de 1929, apenas se altera a política económica. Havia a convicção de que a crise se devia a anteriores práticas inflacionistas; além disso, os seus efeitos foram relativamente benignos e desde logo se acredita na ortodoxia financeira praticada, chegando-se, em 1931, a propor a paridade do ouro e da libra com o escudo. Por outro lado, desde as primeiras medidas em 1926, o novo regime faz marcha atrás na dimensão do sector público, arrendando linhas férreas estatais, privatizando os tabacos, proibindo explorações comerciais ou industriais pelo Estado; não obstante, controlará a energia ou regulará muitos outros aspectos, assim como criará serviços autónomos.

No artigo citado (1987) chega Nuno Valério a uma conclusão clara sobre o papel de Salazar no Ministério das Finanças. Comparando «os anos em que Salazar esteve ligado à gestão das finanças públicas portuguesas com os anos imediatamente anteriores e imediatamente posteriores, salta à vista uma conclusão global nítida: desde o início da primeira guerra mundial até hoje não houve nenhum ano económico cujas contas públicas fechassem com saldo positivo quando Salazar não estava no Governo, excepto um (1970).

1314 Também é claro que a cobertura das despesas pelas receitas foi, em regra,

bem inferior antes e depois de Salazar passar pelo Governo do que durante os anos de 1928 a 1968.»

### III.3 A POLÍTICA MONETÁRIA

À parte o clássico trabalho já citado de V. M. Godinho (1955) e o de J. Gentil da Silva (1982), é preciso referir os de Nuno Valério (1984) e de M. Eugénia Mata (1984, 1987). Estabelece Valério uma periodização que relaciona a moeda com a conjuntura económica: por exemplo, também no aspecto monetário se comporta positivamente a economia portuguesa na grande depressão, mantendo-se como no período anterior, ainda que com maior estabilização e crescimento do PIB.

Quanto à política de câmbios, M. Eugénia Mata assinala as flutuações com tendência para baixar entre 1891 e 1914, acentuando-se a descida vertiginosamente na década seguinte, até atingir níveis trinta vezes inferiores. Entre 1924 e 1931, o câmbio estabiliza a umas 25 vezes acima do do anterior período, fixando-se a estabilização legal em 1931. Esta autora crê que os câmbios se explicam pelo rendimento nacional *per capita* e pelo nível de preços, que não se podem explicar pela circulação monetária e pela taxa de juro e que desde logo não servem as teorias da balança de pagamentos e a paridade do poder de compra, ou o quantitativo da moeda e o da paridade de remuneração do capital. Precisamente Jaime Reis (1988) acaba de estabelecer a evolução do *stock* monetário entre 1846 e 1914.

### III.4 O SISTEMA BANCÁRIO

Apenas podemos referir dois breves estudos, de Valério e Mata (1982) e de H. Caeiro Pereira (1985), sobre o Banco de Portugal. Resume este último autor os principais dados sobre esta instituição, criada em 1846, pela fusão do Banco de Lisboa (1821) e da Companhia Confiança Nacional (1844)<sup>29</sup>. Desde o começo é ele o banqueiro do Estado e a caixa do Tesouro, sendo a dívida estatal crescente. Submetido em 1867 à nova lei de sociedades anónimas, em 1887 recebe a consagração oficial, que se traduzirá em 1891 no monopólio emissor de papel-moeda — cuja convertibilidade em ouro assegura —, sob o controlo oficial. Mas o Banco de Portugal tem escassos meios para orientar a política monetária e é pouco competitivo em relação aos bancos comerciais, menos sujeitos a uma regulamentação apertada.

Valério e Mata afirmam que o Banco de Portugal não foi mau negócio, nem para os accionistas nem para o Estado, se bem que, após a primeira guerra mundial e antes de 1931, a grande inflação reduza em muito os lucros. «De qualquer forma, o Banco apresentava-se no início da grande depressão como uma empresa sólida, possuidora de reservas consideráveis (na ordem de 8 milhões de libras) e potencialmente lucrativa. Nessa base se tentaria apoiar a reforma monetária de 1931 e iniciar claramente a transição de um banco emissor único para um banco central.» A reforma de 1931 (a nacionalização não se realiza senão em 1974, após a revolução) supõe um maior controlo estatal. Criam-se as bases de um novo sistema monetário, fixando-

<sup>29</sup> Ver Nuno Valério (1984 b) sobre esta última.

-se um tecto ao crescimento da circulação fiduciária e estabelecendo regras de cobertura à emissão de notas, o que tendeu a estabilizar o valor do escudo. Fixa-se também um limite de circulação em 2200 milhões de escudos e obriga-se o Banco a manter uma reserva de pelo menos 30% das suas responsabilidades à vista. A situação da Dívida, quase equivalente ao total de notas em circulação, era gravíssima e a sua regularização é um dos mais propalados êxitos de Salazar.

#### IV. OS ESTUDOS POR ÉPOCAS

Além desses painéis mais ou menos gerais, abundam estudos monográficos, por vezes de muito alta qualidade, sobre períodos concretos. Assinalamos os mais destacados:

##### IV.1 O SÉCULO XIX

Como visão de conjunto, são importantes os números especiais de *Análise Social* (1980-1987). A maior parte dos autores citados fazem referência, por outro lado, a este século, destacando-se A. Castro, M. H. Pereira, M. V. Cabral, J. Reis, P. Lains e D. Justino. Para as primeiras reformas liberais dos anos 20, Silbert (1968), F. P. Santos (1962), Monteiro (1985)<sup>30</sup>. Uma revisão muito actualizada e crítica é a realizada no 1.º semestre de 1988 no Instituto de Ciências Sociais de Lisboa<sup>31</sup>.

Miriam Halpern Pereira (1971, 1979 b, 1982, 1987) ocupa-se deste período, com abundantes monografias. Em *Revolução, Finanças [...] (1979 b)* traça as grandes linhas da formação do Estado liberal, com funções cada vez mais amplas, que exigem maiores receitas e uma grande máquina administrativa, pelo que logicamente tropeçam com a velha estrutura social e o poder da Igreja. Daí a supressão da estrutura senhorial e a larga série de conflitos políticos e sociais que se sucedem nos anos 20 e 30 do século XIX: «Dois projectos parcialmente opostos atravessam, pois, as revoluções liberais: um deles assentava na desagregação da estrutura senhorial em benefício dos camponeses e visava um novo tipo de organização financeira do Estado, alicerçado numa tributação nacional uniformizada; o outro pretendia resolver o problema financeiro do Estado pela integração no património da Fazenda dos bens da Coroa e das instituições eclesiásticas, integração que não supunha necessariamente uma tão profunda modificação da estrutura fundiária.»<sup>32</sup> Esta última linha acabará por vencer, dando lugar a nova aristocracia, enquanto as outras reformas deverão esperar: «A enfiteuse só desapareceria durante a Primeira República e os foros antigos apenas em 1976, quase século e meio depois da publicação da lei por Mouzinho.»

---

<sup>30</sup> Esta é uma época que desconheço ainda mais do que as outras na historiografia portuguesa. M. H. Pereira assinala-me, entre outros estudos sobre o liberalismo, os de Silva Dias e de grupo de Coimbra, os de Sacuntala de Miranda sobre o setembrismo, ou de José Augusto França sobre a cultura, de Afonso de Barros sobre a questão agrária, etc.

<sup>31</sup> No seu II Seminário sobre «História Económica de Portugal no Século XIX» entrevistaram os Profs. Alegria, Reis, Ramos, J. A. Nunes, H. A. Fonseca e M. H. Pereira.

<sup>32</sup> M. H. PEREIRA, *Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1979, p. 32.

O mesmo acontece com a política comercial externa: revogado o duro tratado de 1810 com a Inglaterra, Mouzinho promulga novos direitos proteccionistas em 1837, mas, em 1842, Costa Cabral favorece um novo tratado livre-cambista e desigual. E conclui: «Num período decisivo da passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, Portugal encontrara-se bruscamente desprovido dum aparelho de Estado nacional capaz de procurar soluções que o protegessem da nova forma de concorrência. Terminada a ocupação estrangeira em 1820, a reestruturação do aparelho de Estado não seria suficiente para suprimir a tutela económica inglesa, porquanto a recomposição do poder político não foi efectuada por grupos sociais suficientemente interessados numa luta por uma independência económica, excepto durante períodos extremamente curtos. A forma de inserção do capitalismo português no sistema capitalista europeu durante o segundo quartel do século XIX determinaria, assim, que à sociedade de Antigo Regime sucedesse uma sociedade capitalista dependente.»<sup>33</sup>

Quanto à política industrial, assinala a mesma professora, noutro trabalho (1982), como a ruptura se produz também em 1834, com a supressão da estrutura jurídico-corporativa e a discussão sobre o nacionalismo ou o liberalismo económico: «Entretanto, o desentendimento entre a burguesia artesanal e a burguesia fabril ia desenhando fracturas no setembrismo, lançando as sementes de movimentos cooperativos e mutualistas e delineando os primeiros passos de uma corrente republicana e socialista.»<sup>34</sup>

#### IV.2 COMEÇOS DO SÉCULO XX

O trabalho de A. de Castro (1979), o de M. V. Cabral (1979), o útil guia da I República de A. H. de Oliveira Marques (1981), o estudo sobre a economia da I República por J. M. Ferraz (1974) e o trabalho de A. J. Telo sobre a sua queda (1984) fornecem abundantes e cuidadas informações económicas.

Manuel Villaverde Cabral, no seu conhecido livro (1979) sobre os anos da *mudança de século*, afirma o relançamento do crescimento das forças produtivas, após a crise de 1890, sob a dupla protecção da tarifa alfandegária e da depreciação da moeda e a orientação para a substituição de importações. Afirmar-se-á, assim, de maneira irreversível, «a *dominância* do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que dava origem a uma constelação de contradições e conflitos que não cessarão de se aprofundar nas décadas seguintes». As condições de vida agravam-se sob o protecçãoismo, tanto para os trabalhadores industriais como para o campesinato, que emigra maciçamente.

Sobre a agricultura no primeiro quarto do século, assinala Armando Castro (1979, 3.<sup>a</sup> ed.) o crescimento da produção entre 1901-03 e 1923-25: destacam-se o trigo (13,4%), o vinho (13,3%), o azeite (35,5%) e a cortiça (29,5%), se bem que desçam os demais cereais, uma vez que se observam algumas mudanças na exploração por conta própria; de 230 000 ha assim

<sup>33</sup> M. H. Pereira, *Revolução, Finanças [...]*, pp. 45-46.

<sup>34</sup> M. H. PEREIRA: «O Estado vintista e os conflitos no meio industrial», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, 1982, p. 60.

cultivados em 1890 passa-se a 351 000 ha em 1929; por sua vez, os arrendamentos passam de 210 000 ha a 280 000 ha nesses anos, mas as parcerias descem de 110 000 ha a 68 000 ha no mesmo tempo.

#### IV.3 A I REPÚBLICA

Nesta época tem lugar, segundo A. Castro, «uma nova tentativa no sentido de modernizar o sistema político mediante as transformações estruturais da sociedade». Mas, conclui, «dado o carácter limitado do crescimento das forças produtivas nacionais, destacadamente as industriais, postas em cheque tanto pela concorrência internacional, como pelo enriquecimento das actividades mercantis e especulativas, ou por entrincheiramento dos interesses dos grandes proprietários agrícolas, a exasperação das lutas sociais e a radicalização do movimento operário tornarão ainda mais precária, mais problemática, uma reforma do sistema político capaz de ultrapassar, dentro do quadro liberal, os conflitos que agitavam o corpo da sociedade».

Vítor de Sá estudou os projectos de reforma agrária (1983). Também A. J. Telo (1984) estuda a I República e destaca o período de prosperidade 1915-25 para quase todos os sectores da economia portuguesa: assim o demonstra o número de novas sociedades (2773 em 1920-29) e, sobretudo, o processo de concentração empresarial, de modo que, em 1926, «umas dezenas de famílias controlam uma parte significativa da economia portuguesa, muitas delas com interesses diversificados e recentes».

Da década anterior à ditadura (desde a entrada de Portugal na primeira guerra mundial e no após-guerra) trata a tese de doutoramento de Fernando Medeiros (dirigida em Paris por Pierre Vilar, defendida em 1976, editada em Lisboa dois anos mais tarde), de certo modo continuando a já citada obra de M. V. Cabral. Situa Medeiros a estrutura da propriedade rural e a sua distribuição por zonas entre o Sul latifundista e o Norte fragmentado, ainda mais a partir da abolição dos morgadios e da Lei de Sucessões (1867). Descreve o desenvolvimento do capitalismo agrário em torno da vinha; a crise agro-pecuária dos anos 80; o papel do milhão de emigrados entre 1900 e 1926 na articulação dos modos de produção; a lenta aparição de indústrias modernas nos sectores têxtil, conserveiro, de adubos e moagem, de alimentícias, de cortiça, etc., caracterizando-se, por exemplo, a metalurgia pelas suas reduzidas dimensões; ou as grandes concentrações empresariais e suas ligações financeiras.

#### IV.4 O «ESTADO NOVO»

A época da longa ditadura teve um tratamento recente. Os primeiros projectos de estudo global da economia do salazarismo (à parte os aparecidos em plena época, como o de X. Pintado, 1964) são os de J. Mayer (1979) e Alfredo Marques (tese em França, 1980). Há que mencionar, sectorialmente, os trabalhos de F. Medeiros sobre as origens (1976, 1978), os de Nuno Valério (1982, 1985) e de F. Silveira (1982) sobre a economia dentre as duas guerras, o de Fernando Rosas sobre a primeira etapa, 1926-38 (1986), o interessante encontro sobre essa época recentemente realizado (1987 a, t. 1) e os estudos de L. S. Matos (1973), M. B. Martins (1976 a, b), R. R. Amaro

(1982), A. Castro (1982), Nunes e Valério (1983), J. Brandão de Brito (1985)<sup>35</sup>, etc.

Durante muito tempo foi muito discutido o relativo sucesso da ditadura no campo económico. R. R. Amaro (1982) combate a ideia generalizada de marasmo económico nos primeiros tempos do salazarismo (até ao final da segunda guerra mundial), destacando, pelo contrário, «a eficácia do regime quanto às possibilidades abertas à acumulação de capital», demonstrável num crescimento médio anual do produto industrial de 4,8% entre 1933 e 1940 e um crescimento médio anual do investimento industrial de 6,4% entre 1933 e 1938 (contra 0,3% entre 1927 e 1933 e uma descida de 12,1% anual entre 1938 e 1944). Claro que esse progresso do capitalismo levou a «um agravamento da exploração da força de trabalho, graças, não a um aumento da produtividade, mas a uma desvalorização da força de trabalho».

J. F. da Silveira (1982) coincide com as posições de Amaro e escreve: «emergindo da crise estrutural que nos anos vinte marcou profundamente a formação social portuguesa, o fascismo, ao anteceder em alguns anos o ponto mais depressivo da crise económica *strictu sensu*, pôde dispor, todavia, de uma não desprezível margem de manobra... Num primeiro momento, o equilíbrio orçamental, trave mestra da reorganização estatal, constituiu logicamente o objectivo supremo de Salazar. A posterior agudização da crise, com drásticas repercussões sobre a crise interna (supressão das vitais remessas de emigrantes, por exemplo), determinará a necessidade de recorrer a um crescente intervencionismo estatal no duplo sentido de centralizar a vida económica e disciplinar as forças produtivas. Desde então, o Estado assume directamente a direcção do processo de reconversão do capitalismo português.»<sup>36</sup>

Sobre a *primeira etapa de Salazar*, o livro de Fernando Rosas (1986), de que apenas podemos resumir as conclusões, coloca numerosas questões teóricas de grande interesse. O Estado Novo «pretendia-se dotado de força suficiente para desarticular as organizações operárias, arbitrar os dissídios políticos e económicos no seio dos grupos dominantes e entre eles e as camadas intermédias e para adoptar as soluções económicas e financeiras de emergência, visando acudir aos sectores em crise, repor as taxas de lucro e garantir a ameaçada estabilidade geral do sistema». Mas o Estado Novo repousa sobre uma realidade instável, e daí a sua dupla política, de consenso entre os grupos dominantes (programa de estabilização financeira, por exemplo) e de crescente intervenção arbitral do Estado para concertar estratégias opostas. Isto limitará as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo e fá-lo-á navegar entre contradições e equilíbrios. «Políticas de protecção e fomento industrial procurando não afectar os interesses agrários; medidas de maximização da produção e dos lucros da grande agricultura tradicional, sem tocar na estrutura fundiária; políticas de fomento colonial, mas sem excessiva subordinação a uma estratégia metropolitana de desenvolvimento integrado; esforços — nem sempre consequentes ou continuados — para furtar os pequenos interesses da produção artesanal ao livre funcionamento das leis

<sup>35</sup> Brandão de Brito é o autor de uma importante tese, ainda inédita, sobre a política económica entre 1939 e 1970.

<sup>36</sup> J. F. da Silva, «Alguns aspectos da política económica do fascismo: 1926-1933. (Da crise de sobreprodução ao condicionamento industrial)», in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, 1982, pp. 384-385.

da concorrência; tentativa permanente de compensar, geralmente de forma antieconómica, isto é, contrária à lógica do desenvolvimento capitalista, cada sector prejudicado pelas medidas adoptadas, por forma a não aprofundar situações de desequilíbrio.»

Tão-pouco Rosas aceita já continuar falando pura e simplesmente de estagnação ruralista nos anos 30, ignorando o indiscutível processo de desenvolvimento e modernização dos sectores de base da indústria e de outros tecnologicamente mais avançados. Por isso prefere inclusivamente falar de um «modelo de desenvolvimento» do Estado Novo, baseado na «estabilidade monetária obtida pelo equilíbrio orçamental; na protecção dos mercados interno e colonial para a produção nacional, tendencialmente substitutiva das importações; no apoio às exportações tradicionais; no estímulo às actividades produtivas (pela redução da taxa de lucro, o barateamento do crédito, a tentativa de conter o desemprego e a política de desenvolvimento das infra-estruturas), e na reanimação da exploração colonial»<sup>37</sup>. Quanto aos estudos sobre o sector agrário, destacam-se os de J. M. Pais (1976, 1978) sobre a célebre Campanha do Trigo e de E. C. Castro (1978) sobre a última etapa do salazarismo.

Uma análise dos projectos e realizações da *política económica do Estado Novo* foi elaborada por A. B. Nunes e N. Valério (1983) em torno da lei de reconstituição económica, de 1935, em cujo período de execução tem lugar um inegável crescimento do PIB, a uma taxa média anual de 2,8% entre 1938 e 1950, destacando-se o sector energético (6,4% anual). Uma definição contundente sobre o regime da ditadura é a de Sacuntala de Miranda<sup>38</sup>: «Na base da política económica do Estado Novo, nos anos 30, existia um projecto de autarcia, em grande medida semelhante aos concebidos por outros fascismos europeus e mais utópico, porventura, que estes, se tivémos em conta que, além de assentar na crença da perenidade do Império Colonial, minimizava a importância dos obstáculos representados pelo fraco desenvolvimento das forças produtivas nacionais, pela carência de fontes de energia autónomas e pela debilidade dos mercados metropolitanos e coloniais, entre outros.»

Quanto a *obras de síntese*, por razões óbvias interessa-nos especialmente a do norte-americano Eric M. Baklanoff (1980), que compara as economias de Portugal e Espanha sob os regimes coetâneos e semelhantes de Salazar e Franco. Destaca este autor o baixo nível de desemprego contabilizado em plena Grande Depressão, em 1933, apenas 1%, e o facto de o regime corporativo supor a consagração da propriedade privada e, ao mesmo tempo, uma extensa actividade estatal. Com efeito, «o Estado exercia um amplo poder de facto em relação às decisões de investimento privado e com o nível dos tipos salariais. Um sistema de autorização industrial (o *condicionamento industrial*)<sup>39</sup>, introduzido mediante lei em 1931, tornava necessária uma autorização prévia por parte do Estado para construir ou para reinstalar um com-

<sup>37</sup> F. Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta. 1928-1938*, Lisboa, 1986, pp. 278-283.

<sup>38</sup> S. de Miranda, «Crise económica, industrialização e autarcia na década de 30», na obra colectiva *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926-1959*, Viseu, 1987, t. 1, pp. 249-257. Este primeiro tomo de actas do importante colóquio realizado nos dias 4 a 6 de Novembro de 1986, na Fundação Gulbenkian, contém vários artigos mencionados noutra lugar, ou cujo conteúdo se engloba em obras já citadas.

<sup>39</sup> Ver J. M. Brandão de Brito (1985).

plexo industrial, ou para reabri-lo». Por outro lado, recorda algo bem conhecido: que umas 40 grandes famílias dominavam o sector privado, favorecidas por um sistema fiscal de baixa tributação sobre a riqueza e a herança. Dentro dessa *élite*, 10 famílias controlavam os bancos comerciais mais importantes e, a partir daí, uma grande parte da economia nacional. São os Champalimauds, os Espírito Santo, os Quina de Brito, os Pinto Basto e, sobretudo, os Melos, que, através da CUF (Companhia União Fabril), controlavam 20% da produção industrial e, através das suas 186 subsidiárias, geravam 10% da produção nacional.

Mantinha-se ainda um sistema de propriedade agrária latifundista (ou excessivamente dividida no Norte), de que 1% dos proprietários, com propriedades com mais de 50 ha, possuía 51% das terras de cultivo. Entretanto, a indústria estava concentrada em torno de Lisboa-Setúbal (50% do total) e de Porto-Aveiro-Braga (30%).

Esse modelo ia-se desmoronando nos anos 60, já que o sistema corporativo carecia de flexibilidade para se adaptar a novos empreendimentos mais complexos e dinâmicos. Para mais, o começo das guerras de independência em Angola, Guiné e Moçambique (1961-74) obriga Salazar a abrir a economia portuguesa ao exterior, renovando a sua equipa de colaboradores económicos e empreendendo importantes obras com ajuda exterior, tais como o complexo hidreléctrico do Douro ou a ponte sobre o Tejo em Lisboa. Quanto às colónias, tenta-se mudar esse *status* e convertê-las em terra portuguesa, favorecendo os investimentos estrangeiros e desenvolvendo especialmente Angola, com as suas importantes jazidas de ferro, petróleo, diamantes, etc., de modo que, pouco antes da sua independência, em 1974, alcançava um PNB de cerca de 3000 milhões de dólares e uma renda *per capita* de 500 dólares.

A etapa de 1960-73 caracteriza-se por importantes mudanças, detectáveis, por exemplo, na redução da população activa agrária, de 44% a 28%, enquanto a industrial passa de 29% a 36%. A participação no PIB varia também de 26% a 13% na agricultura e de 37% a 51% na indústria (especialmente a transformadora, que triplica o seu valor acrescentado, sendo dos sectores mais dinâmicos os metais básicos), assim como a construção. Uma importante diminuição da população (0,6% anual), devida à forte emigração (74% da qual para a Europa industrializada; em 1970 emigram 180 000 portugueses), traduz-se, logicamente, numa maior repartição do rendimento *per capita*, uma vez que, em 1972-73, as remessas dos emigrantes chegam a alcançar 1100 milhões de dólares, mais de metade das exportações portuguesas, 30% das divisas estrangeiras e cerca de 10% do rendimento nacional. Essas contas invisíveis, junto às do turismo (que passa de 353 000 turistas em 1960 para mais de 4 milhões em 1972, já então mais de metade espanhóis<sup>40</sup>), haviam permitido que o crescente défice da balança comercial

<sup>40</sup> Quanto às *relações com Espanha* ou aos escassos estudos comparativos entre os regimes de Salazar e Franco, sempre limitando-nos à história económica, apenas mencionaremos o velho livro de J. M. Ruiz Morales (1946), um número de *Información Comercial Española* (1972), o livro já citado de Eric M. Baklanoff (1980) ou artigos como os também citados de Magda Pinheiro sobre caminhos-de-ferro e A. N. da Silva (1982) acerca da futura adesão de ambos os países ao Mercado Comum, ou as informações pontuais do Banco Exterior de España (1986). Em ICE (1972) repete-se a queixa do desconhecimento e distanciamento de ambos os países, ainda que, em 1971, as exportações espanholas tivessem alcançado já a cifra — pequena,

se convertesse desde 1965 em *superavit*. Acrescentamos que, a partir de 1959, Portugal se converte em membro da EFTA (e após o abandono da Inglaterra, em 1972, começam os contactos para o ingresso no Mercado Comum) e de vários organismos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o GATT.

Na época de Marcello Caetano, que sucede a Salazar, mantendo o esquema ditatorial (1968-74), insiste-se em certos traços liberalizadores do protecçãoismo e de monopólios anacrónicos, diminuindo os controlos sobre preços e as barreiras comerciais, etc. Assim «durante os primeiros anos 70, o teor da exportação portuguesa reflectia uma diversificação significativa entre os produtos, incluindo tanto bens de consumo como de capital», destacando-se, como mais dinâmicas, a metalurgia e a maquinaria, material de transporte, polpa e papel, roupa e calçado, e produtos químicos, com um valor total de 43% das exportações em 1972.

Nessa época, o PNB real cresceu 7% e a produção industrial cerca de 9%, existindo no momento da revolução de 1974 grandes projectos industrializadores, de que se destacava a envergadura do da península de Sines (um porto industrial e uma indústria pesada com um investimento de 1200 milhões de dólares). Por outro lado, o investimento externo directo, que fora apenas de 1% em 1959, havia passado a 27% da formação bruta de capital, com destaque para a Grã-Bretanha, a Alemanha e os Estados Unidos. Sobre as multinacionais publicou M. Belmira Martins um breve trabalho (1976 b), destacando a presença da grande maioria das grandes empresas mundiais: as norte-americanas ITT, Ford, General Motors, Exxo, General Electric, Dow Chemical, Firestone, Westinghouse, etc.; as alemãs Hoechst, Siemens, Bayer, Basf, Grundig, AEG-Telefunken; as inglesas ICI, BLMC, BP; as francesas Saint-Gobain, CGE-Thompom, Pechiney, Citroen; as holandesas Royal Dutch-Shell, Unilever, Philips, etc.; os grandes grupos farmacêuticos suíços, suecos, japoneses, etc., donde se conclui que «a implantação das multinacionais não correspondeu a significativas transferências de capital e tecnologia, nem proporcionou um relevante aumento da capacidade de exportação. Por outro lado, tal implantação foi sempre feita fora de qualquer plano de desenvolvimento do nosso país, mas antes integrada no plano de desenvolvimento da multinacional»<sup>41</sup>.

Sobre este mesmo assunto, o livro de Armando Castro (1980 a) *O Sistema Colonial Português em África* é um arsenal de dados, destacando a importância do capital financeiro e a concentração e o enorme papel dos capitais estrangeiros nas colónias africanas: a prospecção petrolífera era, desde 1958, um monopólio norte-americano, através da Standard Oil Company e da Gulf Oil Company. O Banco Morgan controla, através da Diamang

apenas 2,7% do total vendido ao estrangeiro, mas ainda assim três vezes superior à das exportações portuguesas para Espanha — de 80 milhões de dólares e 3 milhões de turistas espanhóis. O amplo défice português saldava-se pela conta espanhola com as colónias de África. Segundo estas informações, em 1969, a população activa agrária era de 31,5%, a industrial de 35,5% e a de serviços de 33% (cifras muito semelhantes às espanholas: 30,7%, 37,1% e 32,2% respectivamente) e o PIB correspondente era de 17,43% e 40% (enquanto o espanhol era de 15,35% e 50%, notavelmente diferente).

Uma síntese de grande interesse: H. de la Torre Gómez, «Las relaciones Hispano-portuguesas. Una aproximación histórica e historiográfica», in *Bulletin d'Histoire Contemporaine de L'Espagne*, n.º 7, Pau, Junho de 1988, pp. 40-53.

<sup>41</sup> M. Belmira Martins, *As Multinacionais em Portugal*, Lisboa, 1976, p. 61.

(criada em 1917), a exploração dos diamantes em Angola. As principais companhias ferroviárias são também estrangeiras; a Grã-Bretanha controla centenas de companhias e, ainda que em menor escala, a presença de capital belga, francês, etc., é também importante.

A etapa pós-salazarista, sobretudo a partir de 1974, escapa, por razões óbvias, a esta resenha histórica, que esperamos (apesar dos seus limites e da forma um tanto apressada da sua apresentação) contribua para dar a conhecer além-fronteiras o bom trabalho historiográfico dos colegas portugueses, com cuja benevolência, em todo o caso, conto. O seu melhor resultado seria o de conseguir abrir, aqui e ali, um debate sobre este «estado da questão», que, como em toda a bibliografia, deve advertir-se, tem uma data de encerramento: 29 de Abril de 1988.

#### BIBLIOGRAFIA \*

- AA. VV. (1980), «O século XIX em Portugal», in *AS*, n.ºs 61-62, (coord. Jaime Reis, M. F. Mónica e M. L. Lima dos Santos).
- AA. VV. (1981), «O movimento operário em Portugal», in *AS*, n.ºs 67-69 (coord. de M. F. Mónica e M. de F. Patriarca).
- AA. VV. (1982), *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XIX* (coord. M. H. Pereira).
- AA. VV. (1982-83), «A formação de Portugal contemporâneo», in *AS*, n.ºs 72-74 e 77-79.
- AA. VV. (1985), *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: image et réalité*, Actes du Colloque, Aix-en-Provence, 2-4 de Dezembro de 1982, Paris.
- AA. VV. (1987 a), *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, vol. 1, Viseu.
- AA. VV. (1987 b), «Estudos de história económica de Portugal do século XIX», in *AS*, 97.
- AA. VV. (1988), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*.
- ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA (1959), *Guide de Bibliographie Historique Portugaise*.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1983), artigo no trabalho colectivo do Centro de Estudos Geográficos — INIC *O Desenvolvimento da Rede Ferroviária Portuguesa e as Relações com Espanha no Século XIX*.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1985), «A organização portuária portuguesa e a sua evolução de 1840 a 1910», in *RHES*, n.º 15, pp. 1-29.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1987), *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910). As Vias e o Tráfego*.
- ALEXANDRE, Valentim (1979), *Origens do Colonialismo Português Moderno*.
- ALEXANDRE, Valentim (1986), «Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do Império Brasileiro», in *LH*, n.º 7, pp. 3-45.
- AMARAL, I., e DAVEAU, S. (1982), *Bibliografia Geográfica de Portugal, II*.
- AMARO, Rogério Roque (1982), «O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal», *AS*, n.ºs 72-73-74, pp. 995-1011.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983), *A Emigração Portuguesa: Suas Origens e Distribuição*.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984), *A Evolução Demográfica Portuguesa: Reflexões e Perspectivas*.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985), *Atlas da Emigração Portuguesa*, Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, Lisboa.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade (1986), «O Brasil e a crise económica de Portugal na primeira década do século XIX», in *LH*, n.º 8, pp. 61-73.
- AZEVEDO, J. Lúcio de (1929), *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*.
- BAKLANOFF, Eric M. (1980), *La Transformación Económica de España y Portugal*, Madrid.
- BAPTISTA, F. Oliveira (1985), «Estruturas da produção agrícola: panorama do meio século», in *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 8, pp. 331-365.

\* Apenas se indica o lugar da edição se não for Lisboa. Abreviaturas utilizadas na citação das principais revistas: *AS*, *Análise Social*; *LH*, *Ler História*; *RHES*, *Revista de História Económica e Social*.

- BARATA, O. Soares (1985), «Demografia e evolução social em Portugal», in *AS*, n.º 87-88-89, pp. 981-993.
- BARROS, A. de (1985), «O latifundismo em Portugal», in *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 8, pp. 391-402.
- BASTIEN, Carlos (1984), «A *Revista de Economia* e a introdução do keynesianismo em Portugal», in *Estudos de Economia*, vol. IV, n.º 2, pp. 163-184.
- BEBIANO, J. Bacelar (1960), *O Porto de Lisboa (Estudo de História Económica)*.
- BETTENCOURT, J. de Sousa (1961), *O Fenómeno da Emigração Portuguesa (1900-1957)*, Luanda.
- BONIFÁCIO, M. de Fátima (1980), *Industrialização Oitocentista e Concorrência Externa (A Indústria Chapeleira de 1814 a 1914)* (extracto dactilografado).
- BONIFÁCIO, M. de Fátima (1984), «1834-42: a Inglaterra perante a evolução política portuguesa (hipóteses para a revisão de versões correntes)», in *AS*, n.º 83, pp. 467-488.
- BONIFÁCIO, M. de Fátima (1986), «A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX)», in *AS*, n.º 91, pp. 331-367.
- BONIFÁCIO, M. de Fátima (1987), «Comércio externo e política pautal na primeira metade do século XIX em Portugal», in *LH*, n.º 10, pp. 75-108.
- BOXER, C. R. (1981), *O Império Colonial Português (1415-1825)* (ed. inglesa, 1969, Londres).
- BRITO, J. M. Brandão de (1985), «Corporativismo e industrialização: elementos para o estudo do condicionamento industrial», in *LH*, n.º 6, pp. 51-83.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1974), *Materiais para a História da Questão Agrária Em Portugal, Séculos XIX e XX*, Porto.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977), *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na Alvorada do Século 20: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico 1890-1914*.
- CAPELA, José, e PAPAGNO (1972), *Colonialismo e Feudalismo*, Turim.
- CAPELA, José (1975), *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto.
- CAPELA, José (1977), *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias*, Porto.
- CARVALHO, R. (1986), *História do Ensino em Portugal*.
- CASTRO, Armando (1974), *A Dominação Inglesa em Portugal*, Afrontamento, 2.ª ed., Porto.
- CASTRO, Armando (1978 a), *A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX*, Porto (é a reedição de *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa*, 1946).
- CASTRO, Armando (1979), *A Economia Portuguesa do Século XX (1900-1925)*.
- CASTRO Armando (1980 a), *O Sistema Colonial Português em África*, 2.ª ed.
- CASTRO, Armando (1980 b), *Estudos de História Sócio-Económica de Portugal*, Porto.
- CASTRO, Armando (1980 c), *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*.
- CASTRO, Armando (1981), «As finanças públicas na economia portuguesa da primeira metade do século XIX», in *O Liberalismo*, pp. 189-201.
- CASTRO, Armando (1982), «A dinâmica económico-social portuguesa do pós-guerra (1946-74), numa perspectiva teórico-crítica testemunhal», in *AS*, n.º 72-74, pp. 1013-1032.
- CASTRO, Armando (1985), *História Económica de Portugal*, 3 vols.
- CASTRO, Armando (1987), *Teoria do Sistema Feudal e Transição ao Capitalismo em Portugal*.
- CASTRO, E. C. (1978 b), *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras.
- CLARENCE-SMITH, Gervase (1985), *The third Portuguese empire, 1825-1975. A Study in economic imperialism*, Manchester.
- COSTA, Ramiro da (1975), *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*.
- COSTA, Ramiro da (1978-79), *Elementos para a História do Movimento Operário*, 2 vols.
- CUSTÓDIO, Jorge (1983) «Considerações sobre Acúrsio das Neves, os melhoramentos económicos e a industrialização portuguesa», introdução à reedição de J. Acúrsio das Neves, *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa*, pp. 7-72.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*.
- ESTÊVÃO, J. Antunes (1983), «A floresta dos baldios», in *AS*, n.º 77-78-79, pp. 1157-1260.
- EVANGELISTA, João (1971), *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*.
- EXTEBANK (1986), «Las relaciones económicas de España con Portugal», in *Boletín de Información Económica*, n.º 5, 4 pp., Madrid.
- FEIJÓ, Rui (1984), *Liberal Revolution, Social Change and Economic Development. The Region of Viana (Northwest Portugal), on the First Three Quarters of the Nineteenth Century*, tese de doutoramento inédita, Oxford.

- FEIO, Mariano (1948), *Bibliografia Geográfica de Portugal*, vol. 1. Reed. em 1972.
- FEIO M. (1985), «Uma grande lavoura de Serpa na segunda metade do século XIX», in *Finis-terra*, n.º 40, pp. 207-266.
- FERRAZ, José Manuel (1974), «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-1926)», in *AS*, n.ºs 42-43, pp. 454-471.
- FERREIRA, A. Pinto, e AMORIM, D. P. (1972), *Preços de Géneros Alimentícios Comercializados nos Mercados do Porto no Século XIX (1844-1899)*, Porto.
- FERREIRA, Vítor Matias (1986), «Modos e caminhos da urbanização de Lisboa; a cidade e a aglomeração de Lisboa, 1890-1940», in *LH*, n.º 7, pp. 101-132.
- FISHER, H. E. S. (1969), «Anglo-Portuguese Trade», in *The Growth of English Overseas Trade in the 17th and 18th Centuries*, Londres.
- FISHER, H. E. (1984), *De Methwen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700* (ed. inglesa de 1971).
- FONSECA, Carlos da (s. a.), *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, 4 vols.
- FONSECA, Hélder Adegar (1983), «Senhorio, rendeiros e foreiros na primeira metade do século XIX», *LH*, n.º 2, pp. 15-39.
- FONSECA, Hélder Adegar (1984), *Um Empresário e Uma Empresa Agrícola na 1ª Metade do Século XIX. José Joaquim Teixeira e a Quinta do César no Carregado (Contributo para a História das Empresas e Empresários do Século XIX Portugueses)*, memória de licenciatura inédita, Évora.
- FONSECA, Hélder Adegar (1985), «Para uma tipologia de lavradores alentejanos. Os lavradores da comarca de Évora na primeira metade do século XIX», in *Congresso sobre o Alentejo*, vol. 1: *Semeando Novos Rumos*, Évora, pp. 205-213.
- FRANCO, António de Sousa (1982), «Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-80», in *AS*, n.ºs 72-74, pp. 1105-1140.
- GIRÃO, A. de Amorim (1945), «Origens e evolução do urbanismo em Portugal», in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 1.
- GODINHO, V. Magalhães (1955), *Prix et monnaies au Portugal (1750-1850)*, Paris.
- GODINHO, V. Magalhães (1970), *Introdução à História Económica*.
- GODINHO, V. Magalhães (1974), «L'émigration portugaise. Histoire d'une constante structurale», in *Conjoncture économique, Structures sociales*, Paris.
- GODINHO, V. Magalhães (1978), «L'émigration portugaise (xv<sup>e</sup>-xx<sup>e</sup> Siècles). Une constante structurale et les réponses aux changements du monde», in *RHES*, n.º 1, pp. 5-32.
- GODINHO, V. Magalhães (1980), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*.
- GOMES, M. A., BARROS, H., e CALDAS, E. (1944), «Traços principais de evolução da agricultura Portuguesa entre as duas guerras mundiais», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 1, pp. 20-203.
- GUERREIRO, A. (1948), «A avaliação do rendimento nacional português», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 7, pp. 123-150.
- GUERREIRO, A. D. (coord.) (1970), *Bibliografia sobre a Economia Portuguesa*, 712 pp.
- GUIMARÃES, A. (1983), «A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX», in *LH*, n.º 1, pp. 69-79.
- HAMMOND, R. J. (1966), *Portugal and Africa, 1815-1910. A Study in uneconomic imperialism*, Stanford.
- HANSON, Carl A. (1981), *Economy and Society in Baroque Portugal, 1778-1803*, Londres.
- HESPAHNA, A. M. (1986), *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal. Séc. XVII*.
- Información Comercial Española* (1972), páginas monográficas sobre Portugal, n.º 461, pp. 41-76, Madrid.
- JUSTINO, David (1978), «Problemas de história dos preços: o sal e o milho no mercado de Aveiro (1862-1931)», in *RHES*, n.º 2, pp. 29-58.
- JUSTINO, David (1988), *A Formação do Espaço Económico Nacional (Portugal, 1810-1913)*.
- JUSTINO, David (1987), «Acerca da evolução do PNB em Portugal (1850-1910)», in *AS*, n.º 97, pp. 451-461.
- KETTENRING, M. Ernest, «A Bibliography of Theses and Dissertations on Portuguese Topics. Completed in the United States and Canada 1861-1983», in *Portuguese studies international conference group on modern Portugal*, n.º 4.
- LAINS, Pedro (1985), *O Sector Exportador Português e a Economia Nacional*, trabalho inédito, Sevilha (UIMP).
- LAINS, Pedro (1986), «Exportações portuguesas, 1850-1913: a tese da dependência revisitada», in *AS*, n.º 91, pp. 381-419.

- LAINS, Pedro (1987 a), *Índice da Produção Agrícola em Portugal, 1845-1913*, ICS Universidade de Lisboa, inédito.
- LAINS, Pedro (1987 b), «Um caso mal sucedido de industrialização 'concorrencial' (Portugal: 1842-1913)», in *AS*, n.º 97, pp. 481-503.
- LAINS, Pedro (1988), *As Condições do Progresso Económico em Portugal (1850-1913): Interpretação Quantitativa* (no prelo, Banco de Portugal).
- LEEDS, Anthony (1983), «Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal», in *AS*, n.ºs 77-78-79, pp. 1023-1043.
- LEEDS, E. (1983), «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», in *AS*, n.ºs 77-78-79, pp. 1045-1085.
- LEITE, J. Costa (1987) «Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)», in *AS*, n.º 97, pp. 463-480.
- LIMA, Marinús Pires de (1982), «Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural», in *AS*, n.ºs 72-74, pp. 1299-1365.
- LIVI, Bacci M. (1971), *A Century of Portuguese fertility*, Princeton University Press, Princeton.
- MACEDO, Jorge Borges de (1951), *A Situação Económica ao Tempo de Pombal. Alguns Aspectos*, Porto.
- MACEDO, Jorge Borges de (1962), *O Bloqueio Continental*.
- MACEDO, Jorge Borges de (1982), *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 1.ª ed., 1963, Viseu.
- MARQUES, Alfredo (1980), *La Politique Economique Portugaise dans la période de la dictature (1926-1974). Analyse des trois stratégies de l'état*, tese de doutoramento, Universidade de Grenoble II.
- MARQUES, Alfredo (1981), *Crescimento, Desenvolvimento, Exposição e Crítica dos Conceitos*, Coimbra.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1975), *Antologia da Historiografia Portuguesa*, t. II.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1977), *História de Portugal*, 2 vols., 4.ª ed.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981), *Guia da História da 1.ª República Portuguesa*.
- MARTINS, Maria Belmira (1976 a), *Sociedades e Grupos em Portugal*.
- MARTINS, Maria Belmira (1976 b), *As Multinacionais em Portugal*.
- MATA, M. Eugénia de Almeida (1984), *A Unidade Monetária Portuguesa Face à Libra, 1891-1931*, Working Papers, Faculdade de Economia, Universidade Nova.
- MATA, M. Eugénia de Almeida (1985), *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, tese inédita, Universidade de Lisboa.
- MATA, M. Eugénia de Almeida (1986), «A Dívida Pública externa fundada de Portugal da guerra civil à Regeneração», in *RHES*, n.º 18, pp. 75-90.
- MATA, M. Eugénia de Almeida (1987), *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*, Cadernos de RHES, 1.
- MATEUS, M., e Mateus, A., *The Agrarian Revolution in 19th Century Portugal. Technological Change, Trade Regimes and the Response of Agriculture*, Working Paper, Faculdade de Economia, Universidade Nova.
- MATOS, A. C., e outros (1982), *Senhores da Terra: Diário de Um Agricultor Alentejano* (Prólogo de Jaime Reis).
- MATOS, Artur Teodoro (1980), *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada.
- MATOS, Luís Salgado (1973), *Investimentos Estrangeiros em Portugal*.
- MAURO, Frédéric (1970), *Études économiques sur l'expansion portugaise 1500-1900*, Paris.
- MAYER, J. (1979), *Regional Development in Portugal (1929-77). An Assessment*, Londres.
- MEDEIROS, Fernando (1976), «Capitalismo e pré-capitalismo nos campos em Portugal no período entre as duas guerras», in *AS*, n.º 46, pp. 288-314.
- MEDEIROS, Fernando (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa.
- MENDES, J. M. (1980), «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX», in *AS*, n.ºs 61-62, pp. 31-52.
- MENDES, J. M. Amado (1984), *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927*, Coimbra.
- MÓNICA, Maria Filomena (1982 a), *A Formação da Classe Operária Portuguesa: Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*.
- MÓNICA, Maria Filomena (1982 b), «Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)», in *AS*, n.ºs 72-73-74, pp. 1231-1277.
- MÓNICA, Maria Filomena (1985), *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*.

- MÓNICA, Maria Filomena (1986), *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*.
- MONTEIRO, Nuno (1985), «Lavradores e forais. Revolução liberal e regime senhorial na comarca de Alcobaça (1820-1824)», in *LH*, n.º 4, pp. 31-87.
- MORAL RUIZ, Joaquín del (1979), «La independencia Brasileña y su repercusión en el Portugal contemporáneo, 1810-1834», in Gil Novales (ed.), *Homenaje a Noel Salomón*, pp. 315-332, Barcelona.
- MORAL RUIZ, Joaquín del (1981), «La Hacienda Portuguesa en la crisis final del Antiguo Régimen, 1798-1833», in *O Liberalismo na Península Ibérica*, pp. 175-187.
- MORGADO, N. A. (1979), «Portugal», in W. R. Lee (ed.), *European demographic and economic growth*, Londres.
- MORROW, D. W. (1973), «Phyloxera in Portugal», in *Agricultural History*, n.º 47.
- MOURA, F. P., PINTO, L. M. P., e NUNES (1954), «Estrutura da economia portuguesa», in *Centro de Estudos Económicos*, n.º 14, pp. 7-219.
- MÜHLL, Urs von der (1982), «O mal português: a dependência, causa do desenvolvimento», in *AS*, n.ºs 72-73-74, pp. 1033-1036.
- NAZARETH, J. M. (1979), *O Envelhecimento da População Portuguesa*.
- NAZARETH, J. M., SOUSA, F. de (1983), *A Demografia Portuguesa em Finais do Antigo Regime*, Cadernos de Rev. de História Económica e Social, 4.
- NAZARETH, J. M. (1985), «A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação», in *AS*, n.ºs 87-88-89, pp. 963-980.
- NOGUEIRA, César (1964-69), *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, 2 vols.
- NUNES, A. J. Avelãs, e outros (1971), *Sobre o Capitalismo Português*, Coimbra.
- NUNES, A. B., e VALÉRIO, N. (1983), «A lei de reconstituição económica e a sua execução», in *Estudos de Economia*, vol. III, n.º 3, pp. 331-359.
- O'NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros: Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*.
- OLIVEIRA, Aurélio de (1987), «A história económica e social dos séculos XVII-XVIII na historiografia portuguesa, 1974-1986», in *RHES*, n.º 20, pp. 113-131.
- OLIVEIRA, César de (1974), *O Operariado e a República Democrática (1910-1914)*.
- OLIVEIRA, Veiga de, GALHANO, F., e PEREIRA, B. (1983 a), *A Alfaia Agrícola Portuguesa*.
- OLIVEIRA, Veiga de, GALHANO, F., e PEREIRA, B. (1983 b), *Sistemas de Moagem*.
- OLIVEIRA, Veiga de, GALHANO, F., e PEREIRA, B. (1984), *O Linho*.
- PAIS, José Machado, e outros (1976 e 1978), «O fascismo nos campos em Portugal: a Campanha do Trigo», in *AS*, n.º 46, pp. 400-474, e n.º 54, pp. 321-389.
- PEDREIRA, Jorge Miguel (1987), «Indústria e atraso económico em Portugal (1800-1825)», in *AS*, n.º 97, pp. 563-596.
- PEREIRA, H. Caeiro (1985), *Banco de Portugal: Do Passado ao Presente*.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1969), «Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX», in *AS*, n.ºs 25-26, pp. 85-117.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1971), *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, 2.ª ed., 1983.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1974), *Assimetria de Crescimento e Dependência Exterior*.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1975), «Niveaux de consommation et niveaux de vie au Portugal (1874-1922)», in *Annales*, n.ºs 2-3.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1978), «Decadência ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português», in *AS*, n.º 53, pp. 7-20.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1979 a), *Política e Economia. Portugal nos Séculos XIX e XX*. Compreende os trabalhos citados anteriormente, de 1974, 1975 e 1978, e os inéditos «Sobre la adecuación de los conceptos de Antiguo Régimen y Capitalismo al Portugal del Ochocientos» e «La República: Proyectos y realizaciones».
- PEREIRA, Miriam Halpern (1979 b), *Revolução, Finanças, Dependência Externa (de 1820 à Convenção de Gramido)*, antologia.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930). Estudo e Antologia*.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1982), «O Estado vintista e os conflitos no meio industrial», in *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do Século XX*, t. II, pp. 33-63.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983), «A crise do Estado de Antigo Regime: alguns problemas conceptuais e de cronologia», in *LH*, n.º 2, pp. 3-14.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1984), *Política y economía. Portugal en los siglos XIX y XX*, Barcelona, Ariel. (Contém os trabalhos incluídos na edição portuguesa de 1979 de *Política e Economia* [...], mais os de 1979 b e 1981.)

- PEREIRA, Miriam Halpern (1987), «Atitudes políticas e relações económicas internacionais na primeira metade do século XIX em Portugal», in *LH*, n.º 10, pp. 53-73.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1988), «Absolutismo reformista e racionalismo: as negociações para substituir o tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra em 1824-1826», no livro colectivo *Histoire de Portugal, Histoire Européenne*, Actas do Colóquio de Paris, 22-23 de Maio de 1986, Paris, pp. 213-238.
- PEREIRA, A. Ramos (1956), «O mercado monetário em Portugal no período de 1931-1955», in *Revista de Economia*, vol. IX, pp. 5-34.
- PERY, G. (1979), «Estudos económicos. O comércio externo de Portugal de 1800 a 1890», in *RHES*, n.º 4, pp. 89-106.
- PIMENTA, Carlos (1983), «Salários e preços no século XIX em Portugal. Análise económica», in *Boletim de Ciências Económicas*, vol. XXVI, Coimbra.
- PINHEIRO, Magda de Avelar (1979), «Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX», in *AS*, n.º 58, pp. 265-286.
- PINHEIRO, Magda de Avelar (1983), «Reflexões sobre a história das finanças públicas portuguesas no séc. XIX», in *LH*, n.º 1, pp. 47-67.
- PINHEIRO, Magda de Avelar (1987 a), *Chemins de fer, Structure financière de l'État et Dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)*, tese de doutoramento inédita, Paris I, Sorbonne, 3 vols.
- PINHEIRO, Magda de Avelar (1987 b), «Portugal e Espanha: integração e ruptura. Os caminhos-de-ferro (1850-1890)», in *LH*, n.º 11, pp. 47-75.
- PINTADO, Xavier (1964), *Structure and growth of the Portuguese economy*, EFTA, Genebra.
- RAFAEL, Francisco, e outros (1976), *Portugal, Capitalismo e o Estado Novo. Algumas Contribuições para o Seu Estudo*, Porto.
- RATO, M. H. Cunha (1983), «O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional», in *AS*, n.ºs 77-78-79, pp. 1121-1129.
- REIS, Jaime, *Portuguese industry, 1870-1913*, Working Papers, Faculdade de Ciências Económicas, Universidade Nova.
- REIS, Jaime (1980), «A lei da fome: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)», in *Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, pp. 97-161, Oeiras.
- REIS, Jaime (1981), «Aspectos económicos de Viana do Castelo em 1840: um inquérito esquecido», in *Estudos Contemporâneos*, n.ºs 2-3, pp. 143-198.
- REIS, Jaime (1982), «Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930», in *AS*, n.º 71, pp. 371-433.
- REIS, Jaime (1984), «O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)», in *AS*, n.º 80, pp. 7-28.
- REIS, Jaime (1985), *A Produção Industrial Portuguesa, 1870-1914: Primeira Estimativa de Um Índice*, Faculdade de Economia, Universidade Nova.
- REIS, Jaime (1986), «L'Industrializzazione di un paese che si sviluppa: il Portogallo del 1870 al 1913», in *Rivista di Storia Economica*, Roma; trad. portuguesa: «A industrialização num país de desenvolvimento lento ou tardio: Portugal, 1870-1913», in *AS*, vol. XXIII, n.º 96, pp. 207-227.
- REIS, Jaime (1988), *A Evolução do Stock de Moeda Portuguesa, 1846-1914*, no prelo, Banco de Portugal.
- RIBEIRO, Orlando (1963), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2.ª ed.
- ROSAS, Fernando (1986), *O Estado Novo nos Anos Trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económico-Social do Salazarismo*.
- RUIZ MORALES, J. M. (1946), *La economía del bloque hispanoportugues. Inst. de Estudios Políticos*, Madrid.
- SÁ, Victor de (1981), *Obras. Época Contemporânea*, vol. I, pp. 160-195.
- SÁ, Victor de (1983), «Projectos de reforma agrária na I República», in *AS*, n.ºs 77-78-79, pp. 591-610.
- SANTANA, Francisco (1984), «Aspectos de inovação na indústria portuguesa durante a segunda metade do século XVIII e o primeiro terço do século XIX», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 29, II série.
- SANTOS, F. Piteira, (1962) *Geografia e Economia da Revolução de 1820*.
- SERRÃO, Joel (1959-62), *Temas Oitocentistas*, 2 vols.
- SERRÃO, Joel (1973), *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*.
- SERRÃO, Joel (1974), *Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, 2.ª ed.
- SERRÃO, Joel (comp.) (1977), *Revolução Industrial e Aceleração da História*.
- SERRÃO, J., e MARTINS, G. (eds.) (1978), *Da Indústria Portuguesa do Antigo Regime ao Capitalismo*, antologia.

- SERRÃO, Joel (1979), «Das razões históricas dos fracassos industriais portugueses», in *Memórias da Academia das Ciências*, t. XX, pp. 6-50.
- SERRÃO, J., LEAL, M. J. da Silva, e PEREIRA, M. H. (1983-1985), *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea*, 3 vols.
- SERRÃO, Joel (dir.) (1985 a), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto.
- SERRÃO, Joel (1985 b), «Nota sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo», in *AS*, n.ºs 87-88-89, pp. 995-1004.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1972), *A Historiografia Portuguesa*, 3 vols.
- SHILLINGTON, V. M., e CHAPMAN, A. B. (1907), *The Commercial relations of England and Portugal*, Londres.
- SIDERI, Sandro (1961), *Secular trends in the terms of trade between Portugal and the United Kingdom, 1854-1957*, The Hague.
- SIDERI, Sandro (1978), *Comércio e Poder: Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas* (ed. inglesa, Roterdão, 1970).
- SILBERT, Albert (1953), «Contribuição para o estudo do movimento dos preços dos cereais em Lisboa», in *Revista de Economia*, vols. VI-II, pp. 65-80.
- SILBERT, Albert (1968), *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortes Liberales (1821-1823)*, Paris.
- SILBERT, Albert (1970), *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, 3.ª ed., de 1981.
- SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime: 18e.-début du 19e. siècle*.
- SILBERT, Albert, e CASTRO, A. (1979), «Comentário» e «Algumas críticas», in *História & Ideias*, n.ºs 3-4, pp. 5-11 e 11-18 respectivamente, Porto.
- SILVA, António Neto da (1982), «Desequilíbrios regionais e integração económica: Portugal, Grécia, Espanha e a adesão às comunidades europeias», in *Economia*. vol. VI, n.º 2, pp. 251-293.
- SILVA, Carlos da (1979), «Acerca da génese das relações de produção características do latifúndio em Portugal, in *Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, pp. 47-96, Oeiras.
- SILVA, F. Marques da (1970), *O Povoamento da Metrópole Observado dos Censos 1864-1960*.
- SILVA, José Gentil da (1979), «L'autre version des voyages de découverte: les portugais en quête d'urbanisme», in *Histoire et civilisations ibériques*, n.º 30, pp. 115-126, Paris.
- SILVA, José Gentil da (1982), «O problema monetário português na compreensão de Portugal contemporâneo: entre a penúria e a especulação», in *AS*, n.ºs 72-74, pp. 977-993.
- SILVA, Manuela (1982), «Crescimento económico e pobreza em Portugal: (1950-74)», in *AS*, n.ºs 72-74, pp. 1077-1086.
- SILVA, M. Beatriz Niza da (1986), *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*.
- SILVEIRA, Joel Frederico da (1982), «Alguns aspectos da política económica do fascismo, 1926-1933», in *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio 1980*.
- SILVEIRA, Luís Espinha da (1980), «A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem», in *AS*, n.ºs 61-62, pp. 87-110.
- SILVEIRA, Luís Espinha da (1986), «Para um índice da produtividade do trabalho agrícola em Portugal na segunda metade do século XIX», in *RHES*, n.º 17, pp. 55-70.
- SILVEIRA, Luís Espinha da (1987), «Aspectos da evolução das finanças públicas portuguesas (1800-1827)», in *AS*, n.º 97, pp. 505-529.
- SOUSA, Fernando de (1979), *A População Portuguesa nos Inícios do Século XX*, tese de doutoramento, Porto.
- TELO, António José (1984), *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, t. 2.
- TENGARRINHA, José Manuel (1981), «As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920», in *AS*, n.ºs 67-69, pp. 573-602.
- TORTELLA, G., e PRADOS, L. (1984), *The pattern of economic modernization in southern Europe*, no Curso de la VIMP, Sevilha (Working Paper).
- TORTELLA, Gabriel (1985), *La historia económica comparada de los países del sur de Europa: los casos de España, Italia y Portugal*, Alcalá de Henares.
- UNIVERSIDAD INTERNACIONAL MENENDEZ Y PELAYO (1984), *Problemas históricos del desarrollo y atraso económico en la Europa del sur: Italia, España y Portugal entre las décadas de 1830 y 1930*, curso dirigido por G. Tortella e L. Prados. Além desta, outras exposições sobre Portugal, a cargo de J. Reis, N. Valério, P. Lains, D. Justino (inéditas em quase todos os casos, citam-se nos respectivos autores).
- VALENTE, Vasco Pulido (1982), «Os conserveiros de Setúbal», in *AS*, n.ºs 67-68-69.
- VALÉRIO, Nuno, e MATA, M. Eugénia (1982), «O Banco de Portugal, único banco emissor (1891-1931)», in *RHES*, n.º 10, pp. 49-69.

- VALÉRIO, Nuno (1982), *As Finanças Públicas Portuguesas entre as Duas Guerras Mundiais*, tese de doutoramento inédita, Universidade de Lisboa.
- VALÉRIO, Nuno (1983), «O produto nacional de Portugal entre 1913 e 1947», in *RHES*, n.º 11, pp. 89-102.
- VALÉRIO, Nuno (1984 a), *A Moeda em Portugal, 1913-1947*, «Cadernos de RHES», n.º 3.
- VALÉRIO, Nuno (1984 b), «A Companhia Confiança Nacional (1844-46), in *RHES*, n.º 13, pp. 67-92.
- VALÉRIO, Nuno (1985), «The Portuguese economy in the inter-war period», in *Estudos de Economia*, vol. v, n.º 2, pp. 143-147.
- VALÉRIO, Nuno (1986 a), «The role of the government in Portuguese economic Growth, 1851-1939», in *Estudos de Economia*, vol. vii, pp. 63-69.
- VALÉRIO, Nuno (1986 b), «Expectativas dos credores externos sobre a solvabilidade do Estado Português, 1881-1910», in *RHES*, n.º 18, pp. 1-8.
- VIEIRA, António Lopes (1980), «Algumas questões sobre os transportes públicos da cidade de Lisboa nos finais do século XIX», in *AS*, n.ºs 61-62, pp. 71-86.
- VIEIRA, António Lopes (1981), «Investimentos britânicos nos transportes urbanos e suburbanos em Portugal na segunda metade do século XIX. Fracasso e sucesso. A Lisbon Stem Tramways Company e a Lisbon Electric Tramways Company», in *RHES*, n.º 7, pp. 81-92.
- VIEIRA, António Lopes (1982 a), *Os Transportes Públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*.
- VIEIRA, António Lopes (1982 b), «Os transportes rodoviários em Portugal, 1900-1980», in *RHES*, n.º 5, pp. 57-94.
- VIEIRA, António Lopes (1983), *The role of Britain and France in the finance of the Portuguese railways, 1845-1890*, tese de doutoramento, Leicester.
- VIEIRA, António Lopes (1984), «Os caminhos-de-ferro antes dos caminhos-de-ferro — especulação ferroviária em Portugal em 1845-46», in *RHES*, n.º 15, pp. 123-134.
- VIOLANTE, Luís, e MORAIS, João (1986), *Cronologia dos Factos Económicos e Sociais. Portugal, 1926-1985*, Livros Horizonte.
- WILSON, Ch., e PARKER, G. (1985), *Una introducción a las Fuentes de la Historia Económica europea 1500-1800*, cap. «Portugal», pp. 75-93, Siglo XXI, Madrid.